



INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Frank D. MacCann

Na primeira metade do século vinte, os sistemas militares: alemães, francês e norte-americano influíram no Exército Brasileiro. Cada um deles teve seu primado: os alemães antes da Primeira Guerra Mundial, os franceses entre os dois grandes conflitos e os norte-americanos durante e após a Segunda Grande Guerra. Embora seja conveniente para os historiadores periodizá-las, as sucessivas fases de influência se interpenetram mais do que se alternaram nitidamente. Estas três influências alienígenas defrontaram resistências, mas cada uma delas se fez sentir sob os aspectos: material, organizacional, tático e psicológico.

O fascínio pela modernização, confundido com europeização, levou o Exército brasileiro a buscar assistência externa. O Brasil não

constituiu exceção neste particular. Os japoneses e turcos procuraram assessores alemães para organizar exércitos modernos no final do século dezenove. Na América do Sul, a década de 1890 presenciou missões alemãs remodelarem o Exército chileno, que chegou mesmo a ter como chefe de estado-maior um oficial germânico. Após a I Guerra Mundial, missões francesas dirigiram ou treinaram os Exércitos polonês e tcheco, assim como a Força Aérea nipônica. As potências européias e depois os Estados Unidos viam as missões militares de instrução como parte da parafernália de sua política de relações exteriores. Logicamente a instrução conduziria à aquisição de equipamentos e armas, bem como ao aumento do comércio exterior em bases mais amplas. As potências estrangeiras valeram-se

das missões militares para atrair as nações hospedeiras às suas esferas de influência. No processo incutiram suas idéias e pontos de vista no âmago dos governos anfitriões e as missões militares constituíram instrumento de penetração das grandes potências.*

O caso brasileiro é interessante por uma série de razões. Muitos dos aspectos fundamentais: modernização, segurança, nacionalismo, organização da sociedade, relações civis-militares e política externa, que envolveram os outros casos, são também encontradas no brasileiro. Assim a experiência brasileira com instrução militar estrangeira constitui fenômeno histórico mais expressivo. Embora a perspectiva historiográfica brasileira procure afirmar que tal busca de assistência militar estrangeira reflète um complexo de inferioridade nacional, analisando-a é evidente que os brasileiros acompanhavam a consagrada e acertada tendência de obter o "know-how" militar que lhes faltava. Se os japoneses e chilenos podiam fazê-lo com tão grande lucro militar, por que não procederem eles da mesma forma?

Na verdade, saíram-se melhor do que os chilenos, turcos, tchecos

ou poloneses, preservando a sua integridade de comando. Enquanto esses quatro Exércitos, em determinadas épocas, estiveram sob as ordens de comandantes alemães e franceses, os brasileiros foram relativamente afortunados, mantendo suas forças sob controle próprio e limitando a ação dos oficiais estrangeiros às funções de instrutores e assessores. Como será observado mais adiante, os franceses procuravam expandir seu campo de ação de modo a controlar o Estado-Maior geral e assuntos delicados, tais como promoções e planos de guerra. Tanto na Polônia como na Tchecoslováquia não supervisionavam apenas a instrução, ocupavam as funções de comando privativas de oficiais superiores, de Estado-Maior e as chefias destes. À semelhança do que ocorria naqueles países, encaravam o Brasil como extensão do sistema de aliança contra a Alemanha, por intermédio da colocação em cheque de outra nação, a Argentina.

Este trabalho revela um aspecto da disputa do Brasil pelas grandes potências. Conquanto se apresente apenas como uma faceta da luta por influência, mercados e recursos naturais, trata-se de um aspecto que os historiadores menosprezaram. Minha intenção, no começo, era apreciar a influência norteamericana sobre o Exército, mas se tornou claro que essa particular experiência integrava um modelo mais amplo cujos contornos mostravam-se imprecisos. Devido à limitada extensão deste, não enfoquei o contexto intelectual das influências estrangeiras, mas tentei

* Frederick M. Nunn, *The Military in Chilean History, Essays on Civil-Military Relations, 1810-1933* (Albuquerque, 1976); Ulrich Trhumpener, *Germany and The Otoman Empire, 1914-1918* (Princeton, 1968); Pictr S. Wandyez, *France and Her Southern Allies, 1919-1925*; *French Czechoslovak - Polish Relations From The Paris Conference to Locarno* (Minneapolis, 1962); Capitão M. D. Kennedy, *The Military Side of Japanese Life* (London, 1924).

reconstruir a manobra à medida que se sucediam, exercendo preponderância. As fontes são inteiramente brasileiras e norte-americanas e as informações transmitidas foram extraídas dos seus respectivos arquivos militares. Teria sido extremamente proveitoso dispor de estudos minuciosos calçados nos arquivos alemães e franceses, assim como dos inúmeros documentos da Missão Militar Francesa conservados no *Arquivo do Exército Brasileiro*.

No campo militar, a Revolução de 1930 provocou um gradual desengajamento da França e maior aproximação com os Estados Unidos. Os revolucionários de 1930 eram hostis à Missão Francesa, mas julgavam que a inércia institucional era tal que não poderiam dispensá-la de imediato. Nem os alemães nem os norte-americanos ofereceram uma alternativa viável até depois de meados da década. Enquanto os franceses monopolizavam os postos consultivos em quase todos os níveis de instrução dos oficiais das armas combatentes (Cavalaria, Infantaria e Artilharia de Campanha), suas deficiências na preparação dos oficiais das armas de apoio ao combate e aos serviços (Engenharia, Artilharia de Costa, Aviação, Intendência, Comunicação e Saúde) e na qualidade de armamentos e equipamentos vendidos abriram caminho para a competição alemã e norte-americana. A experiência francesa em instruir forças militares coloniais nos cenários tropicais e seu conhecimento de operações defensivas pareciam constituir, ao

longo da década de vinte, uma importante vantagem. Todavia, no correr dos anos que se seguiram tornou-se óbvio que a tecnologia e a indústria bélica desempenhariam papel bem maior na próxima guerra mundial do que haviam tido na anterior. A França simplesmente não seria capaz de competir com o poderío industrial da Alemanha e dos Estados Unidos. Os oficiais brasileiros descobriram que, apesar da grande admiração romântica deles pela tradição militar prussiana, não faria muito sentido estreitar os laços com o Exército Alemão, porque a Alemanha não poderia controlar as rotas aéreas e marítimas, ficando consequentemente impossibilitada de assegurar o suprimento de armamento. O caso do navio *Siqueira Campos*, em 1940, constituiria amarga lição que salientava a importância de uma segura linha de suprimento. No final de 1944, os brasileiros estariam combatendo as forças alemães longamente admiradas — nas vertentes montanhosas da Itália.

INFLUÊNCIA ALEMÃ

A história das relações militares Brasil-Alemanha remonta à primeira década do século. A destruição das unidades do Exército Brasileiro em Canudos, no ano de 1897, a desastrosa revisão da ordem de batalha durante a crise do Acre, a ameaça de potências se apoderarem da Amazônia e a desconfiança em relação à Argentina provocaram reivindicações entre líderes militares e alguns civis, como Rio

Branco, de reformas e fortalecimento do Exército. Como parte dos esforços para melhorar a instrução militar, três grupos de oficiais brasileiros passaram dois anos estagiando em regimentos alemães, entre 1905 e 1912. Em 1908, enquanto assistiam às manobras do Exército Alemão, a convite do governo imperial, o Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca e o General Luís Mendes de Moraes negociaram um acordo para que uma missão alemã instruisse o Exército brasileiro.¹ Apesar do acordo jamais se ter efetivado, a influência alemã far-se-ia sentir por algum tempo na tática, organização, costumes e armamento do Exército Brasileiro. O número relativamente pequeno de oficiais treinados na Alemanha influenciaria o pensamento da oficialidade de então e futura, por meio dos artigos publicados na *Revista Militar*, no *Boletim do Estado-Maior*, na *Defesa Nacional* e em jornais, como o *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro). Em 1916, esses oficiais criaram a Missão Indígena para instruir os cadetes da Escola Militar. Também contribuíram decisivamente para que os regulamentos do Exército fossem reformulados segundo os padrões alemães. Como observou Estevão Leitão de Carvalho, a doutrina alemã predominava no Exército brasileiro.²

Deve-se salientar que, dos 34 oficiais que haviam servido no Exército alemão, 15 ainda se encontravam na ativa em 1931 e 5 deles atingiram o generalato (15%) sob o regime de Vargas, enquanto os outros 8 encerravam suas carrei-

ras como coronéis (24%). Estudos pormenorizados seriam necessários para se determinar a natureza e longevidade da influência alemã, mas parece haver suficiente evidência para insinuar que, pelo menos, algumas atitudes favoráveis aos alemães e seu sistema militar nos anos 30 resultaram dos esforços daqueles oficiais e seus discípulos, apesar do trabalho da Missão Francesa ao longo da década de 1920.

Nos anos que precederam à I Guerra Mundial, os interesses militares: norte-americanos, alemães, franceses e ingleses estiveram em choque no Brasil. Disputavam-se os contratos para fornecimento de armas e equipamentos de fortificação. Em 1912, o adido militar norte-americano pressionava o Departamento do Estado para convidar oficiais do Exército e da Marinha do Brasil a estagiarem na Escola de Artilharia de Costa, em Forte Monroe, Virgínia. Os alemães e ingleses levavam vantagem na disputa pelos contratos para estabelecimento do projetado sistema defensivo do litoral brasileiro. A Krupp já havia recebido encomendas de algumas baterias e o adido alertava que se impunha "um trabalho imediato e organizado para deter a influência alemã."³

Entre 1912 e 1914, norte-americanos e alemães procuravam convencer os brasileiros da superioridade de suas armas. Os norte-americanos queixavam-se de que os brasileiros pareciam "receosos de comprar material bélico fora da Alemanha" e que o Presidente Hermes da Fonseca achava-se

"profundamente envolvido pelas promessas alemãs". Pior ainda, corriam rumores de que a Krupp subornara membros da comissão de escolha de armas e obtivera cópias dos projetos das fortificações costeiras brasileiras, antes de firmar o acordo de vendas de armamento. Do ponto de vista norte-americano, a posse desses projetos colocava as defesas do Brasil à mercê da Alemanha. O adido norte-americano fez ver ao Departamento do Estado que os Estados Unidos "poderiam combater melhor a agressão alemã ao Brasil, assegurando a adoção do sistema norte-americano de defesa de costa, com o conseqüente fornecimento de munição e, tornando o Brasil independente da Alemanha, bem como em condições de se defender de ataques provenientes do Atlântico". Tal arranjo possibilitaria melhores relações comerciais e diplomáticas entre os dois países. Além disso, beneficiaria também os interesses defensivos e comerciais norte-americanos, em virtude da "permanente e segura demanda de material bélico e acessórios para a defesa do litoral por muitos anos à frente", o que permitiria aos fabricantes norte-americanos realizar economia de escala, reduzindo o tempo e o dinheiro que as forças dos Estados Unidos precisariam despendar para obter seu próprio material.⁴

As autoridades militares alemãs, francesas e inglesas provavelmente anteviram os benefícios da exportação de armamento sob o mesmo prisma. Para os brasileiros, somente no último quartel do século seu

nível de industrialização permitir-lhes-ia raciocinar dessa forma.

Apesar dos esforços norte-americanos em promover os canhões da Bethlehem Steel, o compromisso do Brasil com a Alemanha se mantinha firme. A ameaça crescente de guerra na Europa não impediu o Exército de encomendar à Alemanha e efetuar alguns pagamentos por 30 baterias de canhões 75mm e um estoque de metralhadoras. Todavia, ficou comprovado ter sido má escolha quando a deflagração das hostilidades impediu o embarque do material em Hamburgo.⁵

A fim de melhorar a postura militar no Brasil, o Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria, enviou duas missões ao exterior, durante a guerra: uma à Europa para observar as conseqüências do conflito na "arte da guerra",⁶ e outra aos Estados Unidos "para realizar estudos e procurar adquirir o material que nos falta." No final de 1917, esta última missão instalava-se em Nova Iorque, estabelecia contatos com industriais e visitava fábricas de material bélico e arsenais do Exército. Fora autorizada a contratar um químico metalúrgico e um especialista em projéteis para o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e adquirir grande variedade de armas, equipamentos e maquinaria. Alguns oficiais norte-americanos suspeitavam que a missão abrigava um espião alemão, mas nada provou que qualquer brasileiro estivesse coletando informações senão para o seu próprio uso, embora um de seus inte-

grantes houvesse estagiado na Alemanha sete anos antes.

O Departamento de Guerra dos EUA auxiliou a missão, ao mesmo tempo explicando que, devido a indústria bélica mal poder atender aos pedidos das forças norte-americanas e aliadas, poderia fazer muito pouco a fim de assegurar munição ou maquinaria para os brasileiros. Aparentemente o embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Edwin V. Morgan, não via com simpatia a missão, porque avisara ao Departamento do Estado que a maioria daquilo que os brasileiros obtivessem não seria para apoiar o esforço de guerra aliado. A guerra estaria terminada, previa ele, antes que a artilharia de costa, de que precisavam os brasileiros, pudesse ser instalada e, portanto, seria empregada na "defesa geral e não contra a Alemanha". Havia, declarava ele, um "forte preconceito popular" contra o envio de tropas à Europa e a maior contribuição do Brasil seria fornecer produtos alimentícios em bases comerciais.⁷ Como aparentes amigos, os líderes do Exército julgavam que o armamento e a munição dos aliados estavam fora de seu alcance. A lição dessa experiência na I Guerra Mundial pesaria na decisão de tomar parte no conflito de 1939-45.

Ao final da I Guerra Mundial, a política norte-americana não era favorável ao estreitamento de laços entre os dois Exércitos. Como parte da disputa mundial com os ingleses, Washington decidiu que a influência política e o prestígio comercial norte-americanos lucra-

riam com a eliminação da influência britânica na Marinha Brasileira. Enquanto o Departamento do Estado preferia que a instrução dos exércitos latino-americanos "fosse realizada pelos Estados Unidos do que por governos europeus",⁸ prevaleceu a opinião do Embaixador Morgan de que uma missão militar francesa obteria resultados mais depressa do que qualquer outra e não afetaria os interesses norte-americanos.⁹ Assim, tornou-se dogma da política norte-americana, até o final dos anos 20, não tentar atrair o Exército Brasileiro para a esfera de influência dos Estados Unidos. Na verdade, as ações norte-americanas eram ambivalentes. Aparentemente, o Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso de Aguiar, expressara sua admiração pela rápida mobilização do Exército Norte-Americano, seu eficaz treinamento e desdobramento de sua enorme força em além-mar. Por isso, salientou que oficiais brasileiros deveriam estudar nos Estados Unidos, onde, segundo ele, adquiririam idéias práticas e aprenderiam algo mais do que táticas teóricas. Em consequência disso, o Departamento do Estado se sentiu compelido a convidar o Brasil a enviar alguns oficiais às escolas do Exército dos Estados Unidos em 1920. Por outro lado, instruções remetidas ao adido militar norte-americano, no Rio de Janeiro, enfatizavam que ele *não* deveria estimular pedidos de inscrição. Assim, os Estados Unidos enviaram u'a missão naval ao Brasil e deixaram o Exército Brasileiro, muito mais influente, para os

franceses. Estes foram menos generosos e espalharam estórias que os apontavam como os responsáveis pela transformação dos inexperientes rapazes oriundos do meio rural norte-americano nos intrépidos vencedores de Chateau Thierry e Bois de Bellieu. Como resultado, um observador norte-americano se queixava de que os brasileiros passavam a "duvidar de que nós pudéssemos ensinar-lhes muito acerca de ciência militar."¹⁰

INFLUÊNCIA FRANCESA

A missão brasileira de observação, enviada à França durante a guerra, resultara na vinda ao Brasil, em 1918, de um grupo de instrutores de aviação e, no ano seguinte, na assinatura de um contrato para remessa de uma grande missão militar. No começo de 1920, cerca de trinta oficiais franceses, chefiados pelo General Gamelin, assumiam o controle efetivo da instrução militar em todos os níveis, exceto da Escola Militar. O Exército Brasileiro reformulava-se segundo o modelo francês, para tristeza dos oficiais mais nacionalistas e daqueles que estavam convencidos da superioridade dos métodos e material alemães. Os franceses valorizavam a experiência direta, supervisionando manobras na carta dos quadros, em situações simuladas de campanha, no Rio Grande do Sul e no Vale do Rio Paraíba.¹¹ Observadores norte-americanos ficaram bem impressionados com a seriedade dos instrutores franceses e os elogiaram por "submeter os oficiais-alunos

brasileiros a um trabalho duro."¹² Porém, os críticos brasileiros objetavam que os franceses mostravam-se por demais exigentes e severos com os oficiais-alunos. Acusavam os franceses de "considerar ruim tudo o que encontravam e procurar, com suas inovações, revolucionar completamente nossos costumes militares."¹³ E, como era de se esperar, embora o contrato rezasse que o governo brasileiro daria preferência aos produtos franceses, os membros da missão insistiam na compra exclusiva de armas e equipamentos franceses, afirmando, compreensivelmente, que teriam melhor rendimento com tal material. Entretanto, foram registrados sucessivos informes acerca de propinas pagas a integrantes da missão que facilitaram as compras. Infelizmente, parte do equipamento não era novo e se achava estragado, como as máscaras contra gases manchadas de sangue e furadas. Um jornal classificou sumariamente o armamento francês de "ferro velho".¹⁴ Os críticos não viam com bons olhos o material de artilharia francês Saint-Chamont e Schneider, que tinham menor alcance do que os fabricantes proclamavam e alguns os julgavam inferiores às velhas peças Krupp do Exército.¹⁵

Os aviões Nieuports e Brequets, bem como a qualidade da instrução francesa ministrada no Campo dos Afonsos, tornaram-se particularmente alvo de críticas à medida que crescia o número de acidentes e mortes de pilotos brasileiros. Provavelmente o moral dos aviadores não se elevou quando o Ministro

da Guerra, Pandiá Calógeras, atribuiu os acidentes ao "denodo", "audácia", "imprudência", "excesso de arrojo" e "injustificada impaciência de suas vítimas."¹⁶

Talvez o problema mais sério fosse a dificuldade de alguns oficiais em trabalhar com os franceses. Em 1921, o respeitado Chefe do Estado-Maior, General Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, demitiu-se por se sentir usurpado em sua autoridade pelo General Gamelin. A demissão levou mais de cem oficiais a organizar u'a manifestação de desagravo, mesmo depois de serem ameaçados com punição disciplinar, se a concretizassem.¹⁷ A doença e morte do General Bento Ribeiro, em agosto de 1921, impediram que ele se tornasse o ponto de aglutinação para ulterior oposição, mas a insubordinação em 1921 foi um indicativo da crescente inquietação da oficialidade. A conturbada campanha das eleições presidenciais acabaria por conduzir à declarada rebelião de 1922. Já se vislumbrava no horizonte a Revolução de 1930.

Isto não significa dizer que os franceses provocaram a agitação no seio da oficialidade, mas inconscientemente contribuíram para ela, ajudando a polarizar os espíritos no Exército. "Para um observador imparcial, os ataques pareciam injustificáveis", escreveu o adido militar norte-americano. "A Missão Francesa é constituída de militares muito competentes que estão trabalhando sinceramente para transformar o Exército Brasileiro."¹⁸ Sinceridade à parte, a presença da missão foi um fator decisivo na

política interna do Exército. Talvez os rebeldes de 1922 expressassem mais do que frustração quando lançaram ao mar o novo canhão leve de 75 mm que a Saint Chamond enviara ao Brasil para testes.¹⁹ Em 1927, numa análise sumária do trabalho da Missão Francesa, o adido militar norte-americano observava ser curioso "que o elemento de apoio principal da missão ao tempo de sua instalação fosse o pessoal jovem e *progressista* do Exército, pois os oficiais mais velhos temiam as conseqüências de modernizações em suas carreiras e evidentemente duvidavam de sua capacidade para se adaptar ao modelo francês; considerando que, atualmente, os maiores entusiastas da missão são os oficiais mais antigos, e o elemento jovem começou a se irritar com a tutela, quer parecer que os brasileiros se sintam suficientemente instruídos por estrangeiros e agora estão em condições de prosseguir sob orientação própria."²⁰

Já em junho de 1924, o Chefe do Estado-Maior, General Augusto Tasso Fragoso, embora tecesse generalizados louvores ao trabalho da missão, afirmava que discordava do projeto de Gamelin para a divisão de infantaria brasileira. Era muito pesada para "uma guerra de movimento, como as que teremos de nos engajar com qualquer de nossos prováveis inimigos." Mas, a despeito de querer uma divisão mais leve, pensava que seria melhor deixar a doutrina francesa consolidar-se antes de empreender qualquer mudança, talvez dentro de dois ou três anos. Também julgava

que, dentro de uns poucos anos, seria interessante rever a estrutura do curso de Estado-Maior, dando-lhe "um cunho francamente nacional, isto é, levando em consideração nossas necessidades e a natureza especial da preparação dos oficiais" que desejassem realizar, o curso. Claramente, Tasso Fragoso encarava a missão como uma dose temporária de medicamento e que, uma vez ingerida, os brasileiros poderiam levantar-se com seus próprios remédios.²¹ Os franceses estavam no Brasil para estabelecer padrões, mostrar aos oficiais como era um exército de categoria internacional e não para criar uma dependência permanente. É impossível supor qual teria sido o desfecho das coisas, se os levantes tenenistas não tivessem ocorrido. Entretanto, sem a agitação, provavelmente teria a instituição se tornado bastante diferente.

Em meio a década, um certo descontentamento se fazia evidente. Em fins de 1924, as autoridades paulistas dispensaram a Missão Francesa Independente que vinha instruindo a *Força Pública* estadual desde 1906. Oficiais paulistas deram prosseguimento ao trabalho, à proporção que o Estado aumentou o efetivo da Força para 14.200 homens, criando um "formidável exército" para a "Prússia brasileira". Se São Paulo dera o exemplo ao Exército, contratando os franceses em primeiro lugar, agora indicava o caminho para uma solução mais nacional.²² Até 1925, a Missão Francesa formara 172 oficiais de Estado-Maior. Tasso Fragoso declarou que, sempre que

um desses oficiais aparecia em operações contra os tenentes rebeldes, havia um notável progresso. "Tudo o que aprenderam colocam em prática com as necessárias adaptações," escreveu ele. Se a tropa tivesse sido instruída como seus quadros, lamentava ele, e, devidamente equipada, o resultado teria sido diferente. Mas o fato é que a instrução da tropa fora "muito deficiente e irregular".²³ Embora os oficiais formados pela Escola de Estado-Maior em três anos de curso fossem bastante versados na teoria das doutrinas táticas, não as colocavam em prática ou as transmitiam às praças. No final da década de 20, o principal treinamento dado aos recrutas do Exército Brasileiro era instrução de ordem unida, de modo que fizessem uma boa apresentação nas paradas. Além do mais, os graduados que supervisionavam a instrução pouco mais conhecimentos possuíam do que esses. A despeito de toda a ênfase que os relatórios ministeriais de vinte anos atrás davam à importância da instrução de tiro, os recrutas não haviam sequer completado o treinamento preparatório de tiro com fuzil. Na verdade, a limitada prática tida resultou em pouco mais do que desperdício de munição. A instrução técnica de tiro na artilharia não foi bem montada nem coordenada e se ignora que tenham sido realizadas "escolas de fogo". O treinamento da aviação estava paralisado e os motores enferrujavam no Campo dos Afonsos, porque o governo temia que os pilotos pudessem bombardear o Palá-

cio do Catetel²⁴

O idioma principal de instrução era o Francês e, como as deficiências dos oficiais brasileiros nessa língua fossem tamanhas, em 1926, Tasso Fragoso julgou ser urgente organizar um curso de conversação em Francês.²⁵ Se se entendiam mutuamente ou não, os brasileiros resistiram a algumas idéias francesas e não permitiram que seus instrutores estrangeiros se envolvessem em certos assuntos. No início, os franceses elaboraram um plano para a reorganização do Exército, baseado numa força de paz de 74.524 homens. Embora estivesse pronto no final de 1922, esse plano jamais foi testado, porque o Congresso se recusou a votar verbas suficientes para manter tal efetivo e, durante toda a década de 20, milhares de jovens se negaram a prestar serviço militar. O Exército Brasileiro real era um pálido reflexo da Força Terrestre prevista no papel. Pior ainda, os generais brasileiros não tinham a intenção de colocar em execução o plano, mesmo que as circunstâncias o permitissem, dado que o consideravam totalmente inadequado às condições climáticas e geográficas do Brasil. Especificamente, contestavam o excessivo apoio de artilharia de campanha projetado para a divisão de infantaria. Na França, com as suas rodovias e estradas de ferro, a artilharia de campanha se deslocava com facilidade, mas nas precárias e poeirentas estradas e picadas brasileiras, estas unidades proporcionariam muito pouco apoio e cooperação às operações da infantaria. Os brasileiros

deixaram que o plano ficasse apenas no papel, porque os conselheiros franceses defenderam vigorosamente sua obra, mas mudanças importantes ocorreriam uma vez os franceses tivessem se retirado.²⁶

O General Tasso Fragoso voltou as tentativas dos franceses de se envolverem nos planos de guerra e de operações brasileiros. Em 1926, os franceses quiseram introduzir no Curso de Estado-Maior uma avaliação da situação militar do Brasil em relação a "certos países vizinhos", estudando uma provável forma de ataque e a melhor reação de parte do Brasil. A princípio Tasso Fragoso tentou persuadir o Chefe da Missão, General Frédéric Coffec, de que o planejamento de operações era área da responsabilidade do Estado-Maior, e que o Brasil não tinha contratado a Missão para elaborar seus planos de defesa. Uma vez que os franceses não concordaram, Tasso Fragoso disse-lhes "categoricamente... que esta era uma decisão do governo". Talvez esse incidente tenha levado Tasso Fragoso a preparar seu próprio estudo detalhado sobre a situação estratégica do Brasil.²⁷ Sua irritação com os franceses e seus esforços para melhorar a situação são evidentes em várias partes de seu relatório anual de 1927 (datado de abril de 1928), especialmente aquelas dedicadas aos problemas relacionados com a substituição do General Gamelin, com o currículo do Curso de Estado-Maior e as dificuldades em conseguir que o governo francês enviasse conselheiros com as qualificações especificadas no contrato.²⁸

Em abril de 1928, Tasso Fragoso lembrou ao Ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo dos Passos que, quando o governo convidou a Missão Francesa, a idéia era de que ficaria alguns anos, e que depois os brasileiros assumiriam a direção. Com este fim, cada instrutor francês dispunha de um ou mais assistentes brasileiros, que eles próprios escolhiam. Com o tempo, tornou-se claro que alguns oficiais franceses tinham deliberadamente evitado escolher militares altamente talentosos, porque, como Tasso Fragoso comentou, "quanto mais estes assistentes falhassem, maiores as possibilidades de permanência da Missão Francesa". Além disso, a maioria dos escolhidos era jovem, portanto mais submissa e influenciável, enquanto Tasso Fragoso julgava que o interesse brasileiro reclamava oficiais mais antigos, que poderiam, posteriormente, ser colocados em posições mais elevadas. Para acelerar o processo de libertação da Missão, insistiu no envio de oficiais talentosos para as escolas militares francesas.

Seu argumento em favor desse treinamento era notável. "A vinda da Missão", lamentava ele, "isolou-nos um pouco da Europa e, particularmente, da França." Tudo o que os brasileiros sabiam viera através da Missão, a qual, aparentemente, desejava que as coisas permanecessem assim. Inicialmente, Gamelin pediu que o Brasil não mandasse oficiais ao exterior, para reduzir o potencial de visões conflitantes. Mas "nosso interesse impõe

precisamente a orientação oposta", freqüentar escolas estrangeiras era a melhor maneira de saber exatamente como estavam organizadas, seus métodos e processos de ensino. Por exemplo, somente depois que o Capitão Francisco Gil Castello Branco retornou da Escola de Cavalaria de Saumur, o Estado-Maior brasileiro obteve uma noção clara de como funcionava. E a volta do oficial, com um "diploma obtido depois de rigorosos testes e julgamento imparcial" tinha um prestígio que lhe permitiria ensinar o que aprendera. Alguns oficiais como ele permitiriam que o Exército "se emancipasse dos instrutores franceses" e dispensasse a Missão "com maior segurança".²⁹

No relatório do Estado-Maior de 1929, seu novo chefe, General Alexandre Henriques Vieira Leal, fez um retrospecto do trabalho da Missão e sugeriu que seus dias estavam contados. Depois de afirmar que, em seus primeiros anos, os cursos da Escola de Estado-Maior tinham sido ministrados "mais metodicamente" do que no presente, enumerou diversas falhas: Estratégia e História Militar passaram de 24 aulas, em 1920, para uma, em 1928; enquanto a tática de infantaria jamais seguira uma orientação lógica, o currículo mudava todos os anos; Cartografia não era mais ensinada desde 1924; Transporte Militar, Mobilização e Aviação haviam sido abandonados ou tratados em duas ou três sessões por ano. As irregularidades eram tantas que propôs a criação do cargo de inspetor de instrução. Numa nota mais leve, mas obviamente ir-

ritada, discordava do fato de que vários oficiais estendiam demais suas licenças, bi-anuais e remuneradas, na França. Num caso recente, certo oficial permanecera seis meses e meio em licença, em lugar dos quatro meses regulamentares. O General Vieira Leal afirmou que já era tempo de se pensar em terminar o contrato.³⁰ Assim, no final da década de 20, o Estado-Maior estava disposto a uma mudança.

Nesse ínterim, os norte-americanos vinham expandindo seu contato com o Exército. Já que os franceses dominavam o sistema escolar e as armas base e de apoio ao combate, os norte-americanos começaram a se infiltrar dentro da área dos serviços. Em 1925, o Diretor do Serviço de Saúde do Exército, impressionado com a organização hospitalar norte-americana, com a eficiência dos serviços médicos durante a guerra e particularmente com o controle das doenças venéreas na Força Terrestre dos EUA, procurou o adido militar daquele país para arranjar uma visita às instalações militares norte-americanas. Recomendando que Washington enviasse um convite, Harry W. Brown, o funcionário que era o braço direito do adido, disse que "seria uma oportunidade de fortalecer nossa influência e oferecer assistência a uma nação amiga, que nunca deixara de apreciar devidamente tais cortesias".³¹ No ano seguinte, o Exército enviou dois capitães para estudar os métodos norte-americanos de fabricação de pólvora. Embora a viagem não tivesse sido arranjada através dos ca-

nais oficiais, a Diretoria de Material Bélico conseguiu que eles visitassem arsenais, exibiu e forneceu "especificações" para a fabricação de pólvora sem fumaça.³²

Em julho de 1928, o Tenente James Doolittle fez uma demonstração no Campo dos Afonsos, à qual o General Spire, chefe da Missão Francesa, chamou de "a mais fantástica exibição de perícia de vôo" que ele já assistira. Doolittle convenceu os pilotos do Exército Brasileiro de que um avião treinado pelo Exército norte-americano era um avião "par excellence" e que a aeronave "Curtis Hawk" era o avião de caça mais bem projetado e construído do mundo. O adido militar começou a receber pedidos de oficiais que queriam frequentar as escolas de aviação do Exército norte-americano. O Ministro da Guerra recusava os convites norte-americanos anteriores (o último em 1923) porque não desejava introduzir doutrinas que pudessem competir com a francesa, mas agora o adido militar, Major Lester Baker, notava que a influência da Missão Francesa não era mais "tão forte" e pedia instruções ao Departamento da Guerra. Este respondeu que era favorável "à admissão de oficiais de todos os países latino-americanos em nossas escolas e organizações militares". Como o Ministro da Guerra brasileiro tinha recusado os convites anteriores, um convite formal não "seria feito novamente", mas "uma solicitação recebida do governo brasileiro para o envio desses oficiais a nossas escolas e organizações, seria agradavelmente recebida" e influiria

favoravelmente. Mais adiante, as instruções diziam: "Concordamos em que o contato com nossas escolas e nossos oficiais-alunos seria de grande interesse para os oficiais brasileiros e para as relações entre nossos respectivos governos".³³

Os norte-americanos eram sensíveis à importância de ter oficiais estrangeiros estagiando nos Estados Unidos. "De fato", dizia um, "considero um dos melhores métodos de propaganda." Antes da Primeira Guerra Mundial, os oficiais brasileiros que tinham sido enviados à França, Alemanha e Estados Unidos voltaram admiradores ardentes dos países onde estagiaram.³⁴ E agora, quando alguns aviadores do Exército Brasileiro se mostravam insatisfeitos com a Missão Francesa e queriam receber instrução e equipamento norte-americanos, os Estados Unidos se dispuseram a assegurar essa oportunidade. O Major Lester Baker envolveu-se discretamente numa espionagem e conseguiu cópia do contrato secreto franco-brasileiro, para ter informações exatas dos termos de renovação do subcontrato da seção de aviação, renovado a cada dois anos, em vez de quatro, como era a renovação do contrato da Missão. Advertiu o Departamento da Guerra de que o governo brasileiro se sentia na obrigação moral de não contratar qualquer missão militar estrangeira, a não ser técnicos para fábricas de material bélico, arsenais e serviços geográficos.³⁵

O incentivo à criação de elos mais estreitos entre os dois exércitos parece ter partido, de um lado,

dos oficiais brasileiros interessados em treinamento especializado e daqueles oficiais insatisfeitos com o armamento francês e, de outro, de oficiais norte-americanos convencidos da importância do Brasil para a defesa do hemisfério e de seu potencial como mercado para os Estados Unidos. Inicialmente, o Embaixador Morgan não estimulou a substituição dos franceses pelos norte-americanos e os oficiais e os diplomatas norte-americanos compreenderam que "a França se ofenderia mortalmente com a penetração norte-americana no Exército Brasileiro".³⁶

Apesar das declarações contidas nos relatórios oficiais brasileiros citados acima, publicamente os militares brasileiros geralmente exprimiam satisfação com a qualidade da instrução militar francesa. As reclamações permanentes eram sobre o empenho francês em se desfazer de material produzido na França. As críticas afirmavam que os critérios do chefe da Missão eram de que o material fosse francês, não interessando se atendia melhor ou não as necessidades do Exército. Entretanto, em meados de 1930, havia indicações pelos comentários de jornais de que crescia a insatisfação de alguns oficiais também com a qualidade da própria instrução. Um deles, escrevendo em O Jornal (Rio), como "observador militar", considerou antiquados os métodos adotados na Escola Militar do Realengo e inadequado para formar oficiais eficientes. Os franceses haviam planejado o desenvolvimento do curso e supervisionavam o programa de instrução, por-

tanto, essas críticas redundaram na condenação do trabalho da Missão. A crítica esperava que o presidente eleito, Júlio Prestes, tivesse adquirido algumas idéias reformistas durante sua recente visita a West Point.³⁷

A Revolução de 1930 eliminou aquela possibilidade; não obstante, a mudança estava para acontecer. Os tenentes, que vinham lutando contra o Exército orientado pelos franceses desde 1924, desejavam rescindir o contrato da Missão, ao passo que os oficiais do Estado-Maior queriam reduzir seu papel; sua sobrevivência deveu-se às circunstâncias especiais de 1931. A Missão Naval dos Estados Unidos, que estava certa de ter seu contrato renovado em novembro de 1930, caiu repentinamente em desgraça, quando o governo Hoover se recusou a reconhecer a beligerância das forças revolucionárias. Isto forneceu aos opositores dos franceses a oportunidade de pedir a retirada de todos os conselheiros estrangeiros. Mas mesmo os revolucionários freqüentemente consideravam que não eram inteiramente livres para fazer o que desejavam. Puseram fim à Missão Naval Norte-Americana para demonstrar seu descontentamento com os Estados Unidos, mas a Missão Francesa era outro assunto. O contrato não poderia ser desfeito antes de setembro de 1931, a menos que o governo pagasse a uma indenização correspondente a um ano de salários e licença, mais os custos de passagens e transporte marítimo; um dispêndio que o governo provisório, em má situação financeira, decidiu

evitar. Além disso, o Itamarati considerou que a renovação do contrato poderia ser apresentada como um incentivo para que Paris renovasse o tratado comercial entre os dois países, cujo prazo também expiraria em setembro de 1931, que os franceses estavam dispostos a deixar caducar. Aparentemente, o governo Vargas concluiu que a continuação da Missão Militar era o preço que teria que pagar para preservar o acesso competitivo do café brasileiro ao mercado francês. Entretanto, o contrato para 1931 reduziu a Missão, de cerca de 70 homens para seis e extinguiu a seção de aviação, apaziguando, dessa forma, os críticos. O novo chefe da Missão, General Huntzinger, depois de vários meses de dedicação, melhorou suas relações com os brasileiros.³⁸

Em julho de 1932, a tensão resultante da revolução e suas consequências conduziu a uma rebelião de larga escala em São Paulo, com oficiais treinados por alemães e franceses em ambos os lados. A Força Pública, naturalmente tinha sido treinada pelos franceses, enquanto que os comandantes constitucionistas, General Bertoldo Klingher e Coronel Euclides de Figueiredo, haviam estagiado na Alemanha e introduzido métodos alemães no Exército. Sua derrota para as forças comandadas pelo General Pedro de Góis Monteiro, aluno brilhante da Missão Francesa, não pode ser atribuída à força ou fraqueza de cada uma das influências. Mas a revolução paulista revelou as deficiências de combate do Exército. A crítica de Tasso Fra-

goso, de quatro anos antes, de que a divisão de infantaria era pesada demais e impossível de manobrar, demonstrou-se correta. E a companhia de carros de combate, que poderia ter aberto brechas rapidamente nas linhas paulistas, fora extinta em fevereiro de 1932, porque os blindados franceses apresentaram tantos defeitos que estavam todos imprestáveis.³⁹ A precariedade do sistema de suprimento do Exército e a crucial importância da aviação tinham sido amplamente demonstradas.

Durante a luta, o governo Vargas adquirira 137 aeronaves militares e comerciais da "United Aircraft" e da "Waco", na maior compra de material bélico efetuada desde os dois encouraçados, em 1910; a aquisição significava a rejeição do material francês. Em abril de 1933, o governo enviou uma delegação de seis aviadores aos Estados Unidos para que recebessem o indispensável treinamento técnico, a fim de utilizar e conservar adequadamente os aviões. Estavam ansiosos para conhecer a organização de terra norte-americana, o funcionamento dos esquadrões e grupos, além de ver o mais moderno equipamento aéreo militar. O adido militar sentiu a oportunidade "de fortalecer a posição... dos fabricantes de aviões, norte-americanos, cujo longo esforço para quebrar o monopólio francês tinha sido finalmente coroado de êxito". Enfatizou que os brasileiros eram normalmente mais interessados na qualidade do equipamento do que no seu preço. Pensou que se a aviação do Exército adotasse uma po-

lítica de "estimular esses oficiais brasileiros a inspecionarem o equipamento e aprenderem nossos métodos de instrução, isso traria futuros dividendos para o país".⁴⁰

Representantes de homens de negócios norte-americanos foram estimulados e envolvidos numa recepção adequada aos oficiais. Uma carta circular insistia em que o Departamento de Guerra auxiliasse "materialmente na promoção do equipamento da Força Aérea Norte-americana (cic)", argumentando que "mil e uma coisas feitas oficial ou semi-oficialmente impressionariam os brasileiros, a fim de que nenhuma encomenda futura fosse desviada para a Europa.

... Sei o que teria feito a Força Aérea inglesa ou a francesa ou a italiana, se estes homens tivessem ido para aqueles países. Certamente, nosso Exército não faria menos. *Não há outro povo no mundo com quem a cortesia e o tratamento amigável consigam tanto como com os brasileiros.* Nós temos tudo para dar-lhes isto; assim, deixem-nos fazer um bom trabalho enquanto temos oportunidade... Está mais do que na hora de pararmos de andar com cautela, devemos atacar a Europa do mesmo modo que ela nos ataca. Isso mesmo!"⁴¹

A visita teve resultado paradoxais. Os Estados Unidos enfrentavam a depressão. Muitos oficiais aviadores integravam o "Civilian Conservation Corps" (CCC) e assim havia pouca atividade e praticamente nenhum treinamento nas principais bases aéreas. A "Air

Corps Tactical School" encerrara suas atividades escolares, impedindo os brasileiros de a verem em funcionamento. Além disso, suas visitas às instalações da "Curtis-Wright", "Hartin", "Fairchild", "United" e "Waco" restringira-se a poucos dias para cada uma. Isto fez com que vários oficiais retornassem ao Brasil se queixando de que os norte-americanos não lhes tinham dado tempo suficiente para aprender qualquer coisa importante. Muitos deles começaram a fazer propaganda do material europeu. As queixas desorientaram o Estado-Maior do Exército norte-americano, porque seus membros haviam discutido o programa da visita com representantes brasileiros e tinham ficado com a impressão de que os arranjos eram satisfatórios. Ademais, o secretário da Embaixada Brasileira dissera ao oficial de ligação do Exército que o Major Plínio R. de Oliveira expressara seu prazer pela atenção do Exército, declarando que fora tratado "como um rei" em todos os lugares onde estivera.⁴²

Durante os anos de 1932 e 1933 pode ser que os brasileiros se tenham voltado para os Estados Unidos por não terem chegado a um acordo nas transações comerciais com os franceses, ficando estas paralisadas. Uma vez tendo chegado a um acordo, em meados de 1934, os franceses iniciaram uma campanha para reconquistar o mercado brasileiro, convidando o Ministro da Guerra a enviar sete aviadores brasileiros à França para treinamento, e concedendo a "Legião de Honra" a 12 influentes oficiais, in-

clusive ao Ministro da Guerra, General Góis Monteiro, ao Chefe do Estado-Maior do Exército, General Benedito Olímpio da Silveira e ao Comandante da Aviação Militar, General Eurico Gaspar Dutra. O secretário do adido militar norte-americano, Harry W. Brown, comentou que as condecorações "foram concedidas por relevantes serviços prestados à França", não sendo especificado se esses serviços eram passados ou futuros.⁴³

Assim que os sete oficiais embarcaram para a França, e dois outros, inclusive um integrante do grupo enviado aos Estados Unidos, seguiram para a Itália, o Embaixador Morgan expressou a opinião de que o governo dos Estados Unidos deveria estimular visitas de militares. A política norte-americana ainda exigia que a iniciativa partisse do governo dos visitantes, e não concedia verbas especiais para cobrir gastos de passagem ou estada de militares estrangeiros. Enquanto os europeus faziam "um esforço declarado e determinado para monopolizar as encomendas brasileiras", a política norte-americana não "visava auxiliar os exportadores norte-americanos a competir com os europeus". Brown julgava "duvidoso que os aviões norte-americanos pudessem assegurar vantagem apenas por suas próprias características. Sugeriu que pilotos e mecânicos brasileiros fossem convidados a visitar fábricas norte-americanas, para realizar um treinamento intensivo.⁴⁴

Esta tornou-se a política do Departamento de Estado e do Estado-Maior do Exército, mas não foi

prontamente aceita por todos os setores do Exército. Em 1934, por insistência do Departamento do Estado, o "Air Corps Training Center" concordou em receber dois aviadores brasileiros — Capitão Nelson Lavanère-Wanderley e Capitão José Cândido Murici.⁴⁵

Não obstante, as várias escolas de treinamento freqüentemente recusavam estudantes estrangeiros, porque a experiência demonstrara que, na maioria dos casos, "seu inglês era tão insuficiente que acabava por atrasar o resto da turma". O oficial de ligação com os estrangeiros explicou que "a admissão de oficiais estrangeiros em nossas escolas não tem o propósito de educar militares de um governo estrangeiro, mas simplesmente de demonstrar nossa cortesia e amizade à nação em questão".⁴⁶

A documentação arquivada no órgão de informações do Exército revela o tratamento preferencial dado ao Brasil. Em grande parte, isso se deve ao interesse do Departamento do Estado em estreitar relações com o Brasil e, particularmente na área militar, aos brasileiros terem contratado uma pequena missão para treinar seu pessoal de artilharia de costa, em 1934. As "relações atuais, extremamente amigáveis", inspiraram Summer Welles a interceder com sucesso para que dois oficiais brasileiros de comunicações visitassem a Escola de Comunicações do Exército e a fábrica da "General Electric" em Schenectady, Nova Iorque, a fim de auxiliar o projeto do Exército Brasileiro de instalar uma fábrica de material de comunicações.⁴⁷

Até mesmo o comandante da Escola de Artilharia de Costa, em Forte Monroe, teve de ser pressionado antes que concordasse em abrir uma exceção no regulamento, que proibia a admissão de estudantes estrangeiros. Começando em 1934, muitos pedidos estrangeiros foram negados, porque a maior parte dos países estava negando permissão para que militares norte-americanos freqüentassem suas escolas ou visitassem instalações de artilharia de costa. A exceção foi feita "em favor do Brasil... apenas porque temos uma missão de artilharia de costa lá, e a admissão em nossas escolas pode ser entendida como uma continuação do curso ministrado no Brasil".⁴⁸

Uma situação parecida, no caso de um oficial de Engenharia que desejava freqüentar a escola de Engenharia, em Forte Belvoir, Virgínia, e visitar defesas portuárias, mostrou a independência das subdivisões do Exército norte-americano e a dificuldade de se desenvolver uma política unificada. Inicialmente, o Diretor de Engenharia do Exército dos EUA indeferiu os dois pedidos. O adido militar Sackville enviou um veemente pedido de reconsideração, informando que, desde a chegada da missão norte-americana, ele era o único adido estrangeiro que tivera permissão para visitar as defesas de costa e arsenais por todo o Brasil. Esta negativa ajudaria os franceses, com quem os norte-americanos estavam competindo. O chefe do do Serviço de Informações brasileiro, que "pertence, dentro do Exército, ao grupo favorável a re-

lações militares mais estreitas com os Estados Unidos do que com a Europa", estava bastante desapontado. Por causa das conseqüências funestas que adviriam de sua decisão, o Diretor de Engenharia voltou atrás.⁴⁹

Em novembro de 1935, parecia que um consenso estava formado em, pelo menos, algumas seções do Departamento da Guerra e que, "do ponto de vista diplomático, é extremamente desejável que se assegurem todos os privilégios adequados ao governo brasileiro, já que o Brasil é o nosso amigo mais confiável na América Latina". Uma discussão sobre porque os oficiais brasileiros deveriam ser autorizados a freqüentar o curso de artilharia de costa acabou com a seguinte observação:

"A luta entre as nações por prestígio no Brasil é intensa e alguns países europeus estão prontos para assegurar seus privilégios de treinamento tanto quanto outros, que estão fora de nosso alcance. O Brasil é o melhor amigo dos Estados Unidos na América do Sul, e acreditamos que qualquer esforço, não contrário aos nossos próprios interesses, deverá ser feito para conservar esta amizade".⁵⁰

Em 1936, a aviação do Exército Norte-Americano restringira o treinamento de oficiais estrangeiros, devido a escassez de aeronaves, mas, mesmo assim, seu comandante abriu uma exceção no caso do Brasil, "entendendo que esta exceção não seria vista como um precedente, quando fossem considerados os pedidos de outros países

para treinamento de vôo.⁵¹ Um dos fatores que levou a aviação do Exército a tomar essa atitude foi o bom desempenho dos Capitães Lavanère-Wanderley e Murici.

Do ponto de vista brasileiro, a qualidade do equipamento norte-americano e a disposição de auxiliar o desenvolvimento da indústria aeronáutica brasileira eram considerações importantes. O Major Ivan Carpenter Ferreira, que Tasso Fragoso enviara à França para estudar três anos na "École Supérieure de Aeronautica", classificou o equipamento francês vendido ao Brasil de material obsoleto e imprestável. Ele e outros aviadores do Exército Brasileiro aprovaram o equipamento norte-americano, porque gostaram dos hidro-aviões fabricados nos Estados Unidos e do alto grau de padronização da construção de aviões e motores norte-americano. Por exemplo, praticamente todos os motores norte-americanos utilizavam o mesmo tipo de magneto (ímã), enquanto as fuselagens, asas e suportes eram feitos de tubos de duralumínio, o que facilitava a substituição por peças brasileiras. O Major Carpenter Ferreira insistia tanto na importância da qualidade que, depois de conversar com ele, o representante da aviação do Exército na Glen L. Martin Co., em Baltimore, recomendou ao Diretor de Aviação que:

"É extremamente importante, para a defesa nacional, que as fábricas norte-americanas de aviões não cometam os mesmos erros dos franceses; em outras palavras, o material fornecido ao

exterior tem que ser de primeira classe e de um grau comparável àquele fornecido às forças norte-americanas".⁵²

A disposição norte-americana de auxiliar os brasileiros na instalação de uma fábrica de aviões e na obtenção de conhecimentos em engenharia aeronáutica, em instituições como o "Massachusetts Institute of Technology", inclinaram os aviadores brasileiros favoravelmente para os Estados Unidos.

O alto comando brasileiro estava encantado com a missão de artilharia de costa norte-americana. A artilharia de costa brasileira aparentemente recebera uma instrução muito precária ou inexistente dos franceses, mesmo sendo isto crucial para a defesa nacional. Chegando em maio de 1934, a missão de dois homens enfatizou a instrução prática com as baterias de artilharia existentes, levantamento das possibilidades de fabricação local e exercícios de tiro contra alvo móvel. Inacreditavelmente, o Exército nunca tentara realizar um exercício de tiro com alvos móveis, porque não possuía mecanismos de controle de tiro apropriados. O alto preço dos sistemas de direção de tiro supostamente tinham impedido sua aquisição. Entretanto, por que o custo era um fator negativo nesse caso, quando era aparentemente ignorado em outros, é difícil explicar. O Capitão William D. Hohenthal conquistou a admiração dos brasileiros ao projetar e construir um sistema que poderia ser fabricado no Brasil. A realização de "escolas de fogo" tornou-se rotina do treinamento. Ambos os

exércitos estavam satisfeitos com os resultados da missão; o General-de-Brigada José Pessoa Cavalcânti de Albuquerque, Inspetor de Artilharia de Costa, comentou em seu relatório de 1936 que os membros da missão jamais demonstraram outro interesse que não o de transmitir seus conhecimentos. Entenderam, disse ele, que "instruir e armar o Brasil é fortificar um país aliado ao seu pela amizade e pela geografia". Os norte-americanos encaravam a missão como um motivo de glória para o Exército deles, mas admitiam honestamente que, embora a artilharia de costa brasileira tivesse feito "tremendos progressos em eficiência", ainda "levaria um longo tempo antes de atingir satisfatoriamente os padrões dos Estados Unidos".⁵³

Deve ser mencionado também que, em 1936, os oficiais norte-americanos estavam dividindo seu tempo entre o Centro de Instrução de Artilharia de Costa, na Fortaleza de São João, e a Escola Técnica do Exército, cujos diplomados estavam forçando as fundações da indústria bélica brasileira.⁵⁴ Com estes esforços diversificados, os norte-americanos forneceram não apenas transferência de conhecimentos (Know-how), mas também uma transferência fundamental de habilidade para resolver problemas (know-why). Eles não estavam tão preocupados quanto os franceses em convencer os brasileiros a comprar material norte-americano; provavelmente, pressupunham que isto se seguiria com naturalidade.

A disputa franco-americana continuou durante toda a metade da

década de 1930. Habitualmente, as duas missões não se convidavam para exercícios ou demonstrações. Os documentos norte-americanos não indicam a existência de hostilidade, mas de competição com sua velha aliada. Os brasileiros continuavam a prática, iniciada por Tasso Fragoso, de enviar seus melhores oficiais para estudar na França, na "Ecole Supérieure de Guerre". Na verdade, tornou-se hábito premiar dessa forma o oficial diplomado em primeiro lugar na Escola de Estado-Maior. Muitos desses homens atingiram o generalato e poderiam exercer grande influência no Exército. Por exemplo, foram os seguintes os escolhidos em 1936: Major Nestor Penha Brasil, Capitão Humberto de Alencar Castelo Branco, Major Altair Eugênio Rosanyi e Major Henrique B. D. Teixeira Lott.⁵⁵ Dos quatro, apenas Rosanyi não conseguiu as insígnias de general. Por outro lado, em meados da década de 30, a geração de oficiais que amadureceu antes da chegada dos franceses, em 1920, desaparecia rapidamente, e ia sendo substituída por outra, acostumada a encarar a presença dos franceses como um dado normal na vida do Exército Brasileiro. Uma amostra daqueles que foram, instruídos pelos franceses desde tenentes ou capitães, inclui os generais — que atingiram o generalato entre as décadas de 1930 e 1940 — Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Eurico Dutra, Canrobert Pereira da Costa, João Batista Mascarenhas de Moraes e Arnaldo de Souza Paes de Andrade. Os três primeiros chega-

ram a Ministro da Guerra, o quarto comandou a FEB, e o último foi Chefe do Estado-Maior.

Por volta de 1937, os franceses não apenas haviam treinado todos os oficiais que serviam no Estado-Maior de então, como aqueles que ali serviriam na maior parte da década seguinte. O mesmo pode ser dito a respeito da maioria dos oficiais de armas que constituíram a FEB. Como vimos acima, a influência norte-americana se iniciou pelos serviços técnicos e se espalhou gradualmente a partir daí. Em muitos aspectos, a influência norte-americana, antes da Segunda Guerra Mundial, pode ser comparada à alemã, porque era de natureza técnica, tinha um enfoque mais individual do que organizacional e deixava aos brasileiros a aplicação das habilidades e conhecimentos adquiridos. Deve-se notar ainda que, antes da guerra, o Exército norte-americano não estava tão ativamente empenhado na exportação de conhecimentos militares quanto o Exército francês. Além de criar exércitos em suas colônias africanas e asiáticas, os franceses possuíam missões militares na Polônia e na Tchecoslováquia. Para o Exército norte-americano, o caso brasileiro era único.

INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA

Embora o Exército Norte-Americano estivesse certamente alertado para a importância diplomática das relações com o Brasil, esta consciência não conduziu, antes de 1939, a um programa em larga es-

cala de tentativas de influenciar os brasileiros. Em lugar disso, durante toda a década de 1930, a iniciativa de solicitar matrículas em cursos, informações e armamento partiu do Brasil. Os documentos do Exército Norte-Americano projetam a imagem de um número relativamente pequeno de oficiais advogando, diante do restante do Exército, o atendimento às solicitações brasileiras e o estreitamento dos vínculos com o Brasil.

É possível que a enorme encomenda de armas que o Exército Brasileiro fez à Alemanha em 1938 e o "flerte" com o "Eixo", de 1938 a 1940, tenham desviado a atenção dos historiadores, inclusive a minha, de tendências mais profundas, menos transitórias. Em março de 1935, Osvaldo Aranha, então embaixador em Washington, escrevia ao Presidente que "nossa situação internacional, Getúlio, não comporta vacilações nem alternativas. . . A Europa é uma ameaça para si mesma e para o mundo. . . Não temos nesse continente um país amigo, capaz de nos ajudar, e sabemos de vários capazes de tudo fazer pelos nossos possíveis inimigos. . . Os países indo-espanhóis são nossos inimigos naturais. . . A simpatia do povo norte-americano por nós decorre da hostilidade indo-espanhola a ele". Mas a renúncia ao imperialismo e o surgimento da Política de Boa Vizinhaça reduziram a necessidade do tradicional apoio do Brasil aos Estados Unidos em seus conflitos com a América espanhola e, conseqüentemente, Washington colocou o Brasil em pé de igualdade com os

outros países de hemisfério. Os argentinos procuravam estreitar os laços através da Marinha e um contrato para uma missão na Marinha argentina parecia possível. Aranha advertiu de que "temos de evitar isso, custe o que custar". Se o Brasil não estava caminhando para uma guerra com a Argentina, "caminharemos para o predomínio arrogante dessa gente. . . A boa vontade conosco aqui ainda é imensa. E, creio, ainda estamos em tempo de conservar esse país ligado a nós". Afirmou que deveriam evitar a vassalagem do passado e procurar um relacionamento no qual "podemos contar com este país em qualquer eventualidade. . ."

Para este fim, Aranha recomendava a solicitação de uma nova missão naval e o envio de um adido militar ou naval para Washington ("Não há país que não tenha aqui Adido Militar."). Dizia ainda que o governo brasileiro deveria parar de enviar "turistas" militares; que não falavam inglês e vagavam inutilmente pelas fábricas, outros que se envolviam em "espionagem disfarçada", ou ainda oficiais que eram repentinamente chamados de volta ao Brasil antes do término de seus cursos — nos quais os brasileiros eram os únicos estrangeiros admitidos. Se não agissem, advertiu a Getúlio, os norte-americanos se voltariam para "países mais organizados e mais sérios".⁵⁶

No final de 1936, Góis Monteiro redigiu uma avaliação da situação estratégica do Brasil, onde previa que, na eventualidade de uma guerra mundial, o país não seria capaz de manter sua neutralidade

e teria que se aliar a um dos grupos em disputa. E, sem material para uma mobilização total, o Brasil perderia sua "liberdade de manobra política e militar" e seria reduzido a uma "lamentável dependência" na qual forneceria potencial humano que somente os Estados Unidos seriam capazes de armar".⁵⁷

Medo da Argentina, necessidade de armamento e um desejo de tratar com os Estados Unidos em bases mais iguais, combinados com a difícil situação financeira conduziram o Exército a encomendar seu equipamento pesado na Alemanha. O assunto já foi estudado em outro lugar e quero apenas enfatizar aqui a decisão de comprar armamento alemão estava muito mais ligada à defesa do interesse nacional do que a um apoio ao nazismo, havendo uma relação estreita entre a sustentação do Estado Novo e a necessidade de armamento.⁵⁸

Da mesma forma que em 1914, a decisão de comprar na Alemanha revelou-se um erro. Embora estivesse preocupado com a fragilidade de uma linha de suprimento para a Europa, o Estado-Maior do Exército subestimou a rapidez com que a guerra eclodiu e a determinação dos aliados de bloquear as exportações alemãs. Isto tudo, combinado com a preocupação estratégica do Exército em relação à Argentina, não deixou alternativa senão confiar nos Estados Unidos. Mesmo se as armas alemãs tivessem chegado, o movimento pró-aliança com os Estados Unidos teria continuado.

Em 1938 e 1940, a diplomacia brasileira procurou obter benefícios máximos para o Brasil. É difícil imaginar Vargas fazendo uma aliança de seu país com Adolf Hitler. Numa mensagem a Roosevelt, de janeiro de 1937, Vargas vinculou "os interesses vitais" do Brasil à segurança dos Estados Unidos e sugeriu a discussão de uma cooperação militar e naval, incluindo a construção de uma base naval.⁵⁹ Vargas se dirigiu à Alemanha para comprar armamento depois que os Estados Unidos deixaram de responder adequadamente e cederem à pressão argentina, não vendendo destróiers ao Brasil. É significativo que, depois que Washington se comprometeu a apoiar o Brasil, em setembro de 1940 (Volta Redonda etc.), Vargas seguiu o exemplo, aprovando secretamente a construção de uma base aérea no Nordeste do Brasil, em janeiro de 1941.

Nesse meio-tempo, as relações entre os dois exércitos se tornaram cada vez mais estreitas, especialmente em áreas altamente técnicas. Embora houvesse, nas palavras do adido militar norte-americano, "duas escolas de pensamento conflitantes dentro da Aviação do Exército Brasileiro uma pró-europeia e outra pró-americana" — o treinamento e a deferência concedidos aos oficiais brasileiros despertaram uma indiscutível simpatia no sentido de se promover a organização da Força Aérea segundo o modelo americano.⁶⁰ O primeiro adido militar brasileiro nos Estados Unidos, Major José Bina Machado, afirmou que um de seus

principais objetivos era trazer oficiais brasileiros para freqüentar as escolas do Exército Norte-Americano.⁶¹ E, mesmo em outros países, oficiais brasileiros procuraram cooperar com oficiais norte-americanos, como no caso do Major José de Lima Figueiredo que, designado como observador militar no Japão, tomou a si a responsabilidade de manter contatos estreitos e cordiais com o adido norte-americano.⁶²

Este tipo de cooperação foi reforçado pela troca de visitas entre os Chefes de Estado-Maior, George Marshall e Góis Monteiro, em meados de 1939. É bastante significativo que, a primeira vez que um Chefe de Estado-Maior norte-americano viajou ao exterior em missão oficial, fora para visitar o Exército Brasileiro. No início de agosto de 1939, Góis Monteiro voltou ao Rio de Janeiro com as bases de um acordo de cooperação militar, que levou quase três anos para ser assinado, principalmente por causa da lentidão norte-americana em fornecer armamento. Góis ficou impressionado com a visita às instalações militares norte-americanas, mas o Exército não lhe pareceu pronto para a guerra. O sentimento isolacionista impediu o Congresso de votar uma legislação que permitisse a assistência militar. Nesse período incerto, Góis considerou que o Brasil não deveria hostilizar a Alemanha.⁶³

Nesse ínterim, os militares norte-americanos empenharam-se na preservação de boas relações. Forneceram especificações de equipamentos programas para treinamen-

to de bombardeadores, projetos e documentos sobre fortificações norte-americanas, além de enviarem "fortalezas voadoras" ao Rio para o cinquentenário da República.⁶⁴ Embora os órgãos de informações norte-americanos se preocupassem com a reputação de pró-nazista do General Dutra e com a tendência germanófila existente no seio da oficialidade, no início de 1940, Dutra compreendeu que a guerra acabara com as possibilidades de se obter armas na Alemanha e que "nós só poderemos contar com a indústria norte-americana" para satisfazer a "velha aspiração" de conseguir armamento suficiente para defender o país. Sondou os principais generais sobre uma política de cooperação militar estreita com os Estados Unidos e descobriu que todos eram favoráveis.⁶⁵

Uma consulta do Diretor de Material Bélico sobre a possibilidade de enviar oficiais aos Estados Unidos, para estudar processos de fabricação nos arsenais e métodos adotados nos campos de prova, levou o chefe da missão norte-americana, Tenente-Coronel Lehman W. Miller, a recomendar ao governo dos Estados Unidos que convidasse o Brasil a enviar alguns oficiais para se aperfeiçoarem naquele país. "Durante vários anos de serviço no Brasil", ele escreveu, "tenho observado que boa parte da antipatia que existe no Exército Brasileiro em relação aos métodos e materiais norte-americanos tem origem no grupo de oficiais que estiveram em serviço na Europa." Notando que havia maior

oposição no Exército que na Marinha ou entre civis, a uma total cooperação militar, e que a atitude favorável da Marinha era devida aos oficiais que tinham servido em navios norte-americanos durante a Primeira Guerra, ele acreditava que "um dos mais eficazes métodos de cultivo de melhores relações entre os exércitos. . . seria permitir que um seletivo grupo de oficiais brasileiros servissem um ano ou mais no nosso Exército. . . Os resultados positivos poderiam não ser imediatos, mas seriam de longo alcance". Se essa política fosse adotada, ele chamava a atenção para que "os pormenores fossem estudados com muito cuidado para garantir que esses oficiais retornassem ao Brasil com impressões, pelo menos, tão favoráveis a nós, como são as dos oficiais que voltam da Europa em relação aos métodos totalitários".⁶⁶

Em consequência disso, Marshall modificou a política do Exército — a que os governos estrangeiros tomassem a iniciativa de solicitar matrícula de pessoal em escolas militares norte-americanas — e convidou o Ministro Dutra a enviar oficiais aos Estados Unidos. Afastando-se mais ainda de práticas passadas, a maior parte desse grupo iria freqüentar escolas das armas. Pela primeira vez os norte-americanos se introduziam em áreas antes dominadas pelos franceses. É útil lembrar que isto aconteceu depois da retirada da Missão Francesa do Brasil e depois da queda da França. Os norte-americanos chegaram até mesmo a instalar seções brasileiras especiais em Forte

Benning (Escola de Infantaria), Sill (Escola de Artilharia de Campanha) e Monroe (Escola de Artilharia de Costa).⁶⁷ Além disso, o governo dos Estados Unidos pagou os custos de transporte e concedeu a cada oficial um subsídio mensal de cem dólares para despesas. Depois de freqüentar as escolas, os oficiais deveriam servir num regimento norte-americano durante dois meses e meio. Esta foi uma das principais mudanças na atitude do Exército em relação ao Brasil e se operou a partir da crescente preocupação com a vulnerabilidade do flanco meridional dos Estados Unidos. Um relatório de informações, de janeiro de 1939, resumia a opinião do Exército sobre a situação: "O Brasil está indefeso em face de qualquer tipo de inimigo poderoso. . . e seu litoral apresenta o mais convidativo prêmio do mundo de hoje em dia (sic). . . Se algum dia tivermos problemas por causa da Doutrina Monroe, há 95% de possibilidades de que isto ocorra devido a um Brasil não defendido".⁶⁸

Por seu lado, o Exército brasileiro expandiu e melhorou o nível de sua representação nos Estados Unidos. Dutra enviou seu próprio assistente, o Tenente-Coronel Estênio Caio de Albuquerque Lima, como oficial de ligação para a aquisição de equipamentos e nomeou um general, Amaro Bittencourt, como adido militar. Ao mesmo tempo, Góis Monteiro cuidou de calar o sentimento negativo da oficialidade, declarando diante de um grande grupo de oficiais do Estado-Maior que o Brasil estava e conti-

nuaria a estar do lado dos Estados Unidos. Como relatou o adido norte-americano, Góis enfatizou que "os Estados Unidos são uma potência mundial, enquanto o Brasil é apenas uma potência continental, e assim como os Estados Unidos agem em âmbito mundial, em defesa da Democracia e da segurança das nações menores, o Brasil agirá em âmbito continental — cercando fileiras ao lado dos Estados Unidos".⁶⁹

O primeiro grupo de 16 capitães e tenentes teve um impacto imediato nas relações entre os dois exércitos. Em consequência de sua correspondência, muitos jovens oficiais brasileiros tornaram-se bastante interessados e expressaram o desejo de frequentar um daqueles cursos. É digno de nota que, dos 16, sete tenham finalmente atingido o generalato, e destes, três tenham desempenhado um papel ativo na Revolução de 1964 e na subsequente condução do Exército.⁷⁰

Em "The Brazilian-American Alliance, 1937-1945", tratei da política interna e do processo de tomada de decisões que conduziram à entrada do Brasil na guerra e à formação da FEB. Portanto, aqui vou ater-me apenas às relações entre os exércitos e suas consequências. Os oficiais norte-americanos estavam alertados para as amplas implicações que envolviam o treinamento de militares estrangeiros. Os dados de cada homem foram reunidos em uma ficha de arquivo, para uso geral e para consulta nos anos posteriores, quando "esses oficiais poderiam tornar-se os homens mais importantes de

seus países. . ." A experiência com o primeiro grupo de brasileiros foi tão positiva que o adido militar norte-americano e o chefe da missão militar recomendaram um aumento no número de convites, porque os "conseqüentes dividendos em boa vontade e amizade, entre um grupo que desempenhará importante papel em assuntos pertinentes à defesa do hemisfério, pagarão amplamente seu custo aos Estados Unidos".⁷¹ Os brasileiros receberam tratamento especial nas instalações como Forte Knox, onde algumas etapas do curso de blindados foram dirigidas especialmente para eles. E, repetidamente, em várias oportunidades, informações secretas foram colocadas à disposição deles.⁷²

Havia um consenso entre os observadores aliados de que o Exército Brasileiro necessitava de treinamento e armamentos modernos. O adido militar britânico, Tenente-Coronel Parry-Jones, comentou laconicamente que a longa permanência da Missão Francesa produziu um Exército disciplinado, com um excelente sistema de ensino, "mas o treinamento está 15 anos atrasado". O armamento lhe recordava o Exército Britânico de 1925! Havia necessidade de mais metralhadoras, morteiros, não havia canhões anticarros e existia muito poucas peças de artilharia antiaérea.⁷³

A sensação de estarem desarmados e a incapacidade norte-americana de fornecer rapidamente o armamento desejado tornaram os brasileiros cautelosos quanto às solicitações norte-americanas de co-

locar tropas nas bases aéreas do Nordeste. A confiança brasileira nos norte-americanos estava diretamente relacionada com a quantidade de armas recebidas.⁷⁴ Por outro lado, a confiança norte-americana nos brasileiros estava relacionada com a disposição de defender o Nordeste do Brasil. Os brasileiros estavam tão convencidos de que sua principal ameaça vinha da Argentina, que tinham dificuldades em aceitar os temores norte-americanos em relação ao Nordeste. Na verdade, a demora brasileira em deslocar tropas para a área e o desenrolar da guerra, que piorou bastante no final de 1941 e início de 1942, levaram o Exército norte-americano a planejar de fato uma possível ocupação forçada. O chamado Plano *Lilac* e suas variações foram detalhados a ponto de designar as unidades que participariam da ocupação e suas áreas de desembarque no Brasil.⁷⁵ Os norte-americanos não tencionavam conquistar o Brasil para eles, mas estavam determinados a impedir sua queda nas mãos do Eixo. Evidentemente, a existência do Plano *Lilac* indicava uma falta de confiança no Exército brasileiro. E o Almirante Jones Ingram pôde transmitir a Washington uma amostra do estado de espírito brasileiro em meados de 1942: "Eles estão com medo de nosso Exército. Definitivamente, não estão prontos para receber as tropas do Exército dos Estados Unidos".⁷⁶

O acordo do *Lend-Lease* para a transferência de armamento, a entrada do Brasil na guerra em agosto de 1942 e a decisão de tomar

parte ativa na luta fortaleceram as relações entre os dois exércitos e intensificaram a influência norte-americana. — Em meados de 1943, enquanto planejavam a organização da FEB, um sagaz observador norte-americano comentou que a influência francesa ainda era grande. Em cada batalhão havia pelo menos um oficial que fora instruído pelos franceses. Notou que as idéias táticas francesas de defesa e contra-ataque, mais do que a idéia de tomar a iniciativa, tinham sido inculcadas no Exército Brasileiro.⁷⁷ Isto tinha de ser levado em conta no treinamento dos oficiais que serviriam na FEB. Os norte-americanos montaram um curso especial na Escola de Comando e Estado-Maior, em Forte Leavenworth, pelo qual passaram 259 oficiais brasileiros até o final da guerra; foi o maior contingente de oficiais aliados que frequentou a escola. As listas dos oficiais que frequentaram o curso parece um *who's who* do Exército de pós-guerra; por exemplo, Amauri Kruehl, Humberto de A. Castelo Branco, Henrique Lott, Juraci Magalhães, Zenóbio da Costa, Edson Figueiredo, Floriano de Lima Brainer, Aurélio de Lima Tavares e Ernesto Geisel. Esses homens voltaram ao Brasil certos de que, "do ponto de vista militar, não há segredos para nós em treinar lá".⁷⁸

O Exército do qual provinham esses oficiais não estava pronto para o tipo de combate que, em breve, enfrentaria na Itália. Entre as atitudes que teriam que mudar estava a falta de iniciativa de comando normalmente concedida a oficiais su-

balternos e graduados. Os cursos nos Estados Unidos podem ter enfatizado a importância de capitães, tenentes e sargentos nas operações táticas, mas os oficiais que receberam as lições eram então ou estavam para ser promovidos a major e tenente-coronel, portanto dispunham de pouco tempo para reformular a instrução do Exército. As verdadeiras lições viriam, dolorosamente, em combate.⁷⁹

O treinamento da FEB no Brasil foi descuidado, comparado com a preparação das divisões norte-americanas. Muitos de seus homens e unidades foram verdadeiramente instruídos na frente de combate. É irônico que as únicas tropas inteiramente treinadas pelos norte-americanos tenham sido aquelas que chegaram aos últimos escalões e nunca entraram em combate.⁸⁰

O esquadrão de caça brasileiro chegou à Itália "muito verde e inexperiente" e, após dois meses, melhorou tanto que estava se saindo tão bem quanto os esquadrões norte-americanos com experiência de dois anos de combate. O comandante do "350th Fighter Group," a quem o esquadrão brasileiro estava subordinado, comentou que os "pilotos brasileiros são muito inteligentes e bravos, e podem ser comparados favoravelmente com nossos próprios pilotos de experiência semelhante". Todas as suas operações foram baseadas em métodos norte-americanos e os resultados foram "quase iguais aos de um esquadrão dos Estados Unidos". Mais ainda, um dos objetivos primordiais do esquadrão era "dar treinamento de combate ao maior

número possível de pilotos e retornar ao Brasil para o futuro treinamento da Força Aérea Brasileira". Embora faltassem suficientes re-complementamentos para seguir esta política, ela indica uma preocupação com o futuro treinamento.⁸¹

Enquanto isso, a FEB foi desmobilizada no retorno ao Brasil, apesar da objeção norte-americana, impedindo a utilização de suas unidades como unidades-escola e perdendo algumas experiências valiosas ao nível de graduados. A FEB foi a única grande-unidade do Exército Brasileiro inteiramente instruída pelos norte-americanos, e seu desaparecimento necessariamente diluiu o treinamento norte-americano pelo Exército como um todo. Depois que a guerra na Europa terminou, o Exército dos Estados Unidos decidiu não estender a aliança com o Exército Brasileiro. Na verdade, o Departamento da Guerra rejeitou sumariamente a sugestão de que os Estados Unidos deveriam ajudar o Brasil a se tornar a potência dominante na América do Sul e, em lugar disso, optou por um enfoque multilateral nas relações militares com a América Latina.⁸²

Embora tenha adotado equipamento norte-americano, feito uso extensivo dos manuais de instrução do Exército Norte-Americano e continuado a enviar pessoal aos Estados Unidos para treinamento, o Exército Brasileiro manteve sua estrutura fundamental de antes da guerra, seu sistema de recrutamento e seus processos de ensino e instrução. Apesar de ser certamente o exército mais americanizado da

América do Sul, os traços e idéias norte-americanos foram somados aos dos alemães e franceses; mais do que um substituindo os outros, os três foram aculturados no Exército Brasileiro do pós-guerra.⁸³

O período de após-guerra fuge ao propósito deste trabalho, mas algumas tendências reveladas nessa fase de nada valem. A rápida desmobilização colocou o Exército de volta à situação que precedeu a guerra, caracterizada por ser uma força de quadros, preponderantemente de oficiais. Os Estados-Maiores inflaram-se à medida que se dava ênfase crescente às suas atividades e que cursaram os estabelecimentos de ensino do Exército. Em termos de requisitos exigidos para promoção, atribuía-se maior à educação militar recebida do que ao serviço na tropa. Apesar de tentativas terem sido feitas para melhorar o sistema de recrutamento, a inexistência de centros de instrução e a exigência continuada de que os corpos de tropa incorporassem e instruísem conscritos oriundos das regiões onde se localizavam impossibilitava o Exército de absorver o número de jovens vertiginosamente crescente em idade de prestação do serviço militar. Além disso, um dos resultados da experiência bélica adquirida era a relutância em continuar a incorporar analfabetos nas fileiras devido aos conhecimentos técnicos que a guerra moderna reclamava. A despeito da propaganda contrária, os quartéis não mais eram "autênticas escolas de alfabetização".⁸³ A disciplina tornou-se menos rígida e os oficiais procuraram estabelecer contatos mais ínti-

mos com os praças, porém se isto resultava das experiências colhidas na Itália, do nível educacional mais elevado dos recrutas ou da necessidade imperiosa de encorajar o reengajamento de pessoal, já treinado é duvidoso.⁸⁴

As façanhas da FEB não despertaram entusiasmo nos brasileiros pela carreira das armas e a crescente profissionalização, aliada aos altos padrões exigidos, afetou o tradicional papel desempenhado pelo Exército de veículo de mobilidade social. O pessoal de baixo índice de escolaridade era dispensado do serviço militar e o detentor do certificado de conclusão do ensino de 2º grau não se sentia atraído pela vida militar, como as estatísticas comprovam no período de 1950 a 1965. A situação brasileira de pós-guerra contrastava enormemente com a das recém-independentes nações e com a do Brasil anterior ao conflito, onde a escassez de alternativas de profissões dera à carreira militar certa projeção.

Dois estabelecimentos de ensino que sofreram grande influência francesa e norte-americana — a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e a Escola Superior de Guerra (ESG) — ajudaram a moldar a auto-imagem do Exército e a percepção de seu papel. A ECEME, a qual preservava, pelo menos, a aura da tradição francesa, era onde a experiência de combate adquirida na Itália incorporou-se no pensamento do corpo de oficiais. Diante da experiência direta e própria, a postura defensiva estática foi rejeitada. Enquanto o

Brasil continuava a encarar a guerra como um último recurso, após a arbitragem e outros meios pacíficos terem fracassado, e a idéia de não travar guerra de conquista, a ECEME ensinava aos oficiais-alunos a raciocinar em termos de uma "defesa agressiva... por meio de ofensiva tática profunda, para destruir e conquistar território inimigos."⁸⁶ A substituição do pensamento e planejamento defensivo por uma ótica ofensiva, representou uma mudança intelectual básica. Cabe assinalar que este processo foi conduzido por Castello Branco, que estivera sujeito tanto a corrente francesa como norte-americana.

A ESG, um instituto de altos estudos nacional, foi criado em 1949, sob a orientação de veteranos da FEB e de assessores norte-americanos (até 1960), tornou-se o veículo de planejamento do futuro desenvolvimento do Brasil e preparo da liderança civil-militar que iria efetuar-lo. Instituída no período de amplo envolvimento da sociedade pelos militares, a ESG começou a reunir uma eficiente equipe de modernizadores.

As duas escolas constituíram a chave do processo de reformulação da doutrina militar brasileira no final dos anos 50. A divisão bipolar do mundo deu aos Estados Unidos da América do Norte responsabilidade pela defesa externa do continente e limitou o possível emprego extra-continental do Exército brasileiro à operação de uma força expedicionária. Da mesma forma, sua missão continental ficou restringida pela atuação de

uma força de pacificação da Organização dos Estados Americanos (OEA), que reduziu os conflitos potenciais com os vizinhos. Com a concepção vigente no Exército, de uma possível guerra futura assim limitada, seus planejadores formularam doutrinas voltadas para a defesa interna.⁸⁷

Assim, o Exército de pós-guerra tornou-se uma instituição inadequada à sua finalidade. O processo de reformulação e tentativa de ganhar a aceitação pública para a missão de defesa interna foi frustrante, o que levou tanto à sociedade como aos oficiais a questionar a razão de ser do Exército.⁸⁸ Afigura-se de mais valia especular se a profissionalização e a internacionalização dos padrões e métodos do Exército possam ter contribuído para seu afastamento da realidade nacional. Tal distanciamento, por sua vez pode ter sido um fator determinante dos oficiais forçarem o Brasil a se enquadrar no modelo teóricamente idealizado pelos militares para o país ao invés de aceitar qualquer outro que lhe fosse ditado pela nação. Talvez seja significativo que nos casos da Polônia, da Tchecoslováquia, da Turquia e até mesmo do Japão, os exércitos moldados em estereótipos alienígenas fracassaram em defender e manter as estruturas sociais e políticas, ou tornaram-se revolucionários, como no exemplo nipônico que levou a nação ao caos. Góes Monteiro estava certo quando declarou em 1935: *"Viver sob modelos estrangeiros não é viver. As idéias dos outros não são as nossas. Precisamos de soluções brasileiras."*⁸⁹

NOTAS

1. Para listas dos dois primeiros grupos, ver Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Francisco de Paula Argolo, Ministro de Estado da Guerra, em Maio de 1905, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905, p. 17. Daqui por diante a referência a todos os relatórios será: MG, Relatório... Argolo... 1904 (o nome do ministro — o nome completo será fornecido na primeira referência — e data variarão conforme a referência. MG, Relatório... Hermes R. da Fonseca... 1909, p. 5. Estes tinham seis membros, todos listados em Relatórios, embora Estêvão Leitão de Carvalho, em "Dever Militar e Política Partidária", São Paulo, Editora Nacional, 1959, afirme, na página 34, que havia apenas quatro no primeiro grupo. O último grupo compreendia 22 oficiais: nove da infantaria, nove da cavalaria, quatro da artilharia e um da engenharia.
2. Ver seu Dever Militar e Política Partidária", p. 51.
3. Capitão Levert Coleman, Rio, 17 de maio de 1912. Fichário no arquivo "Coastal Defenses — Brasil", War College Division, Navy and Old Army Branch, National Archives. Daqui por diante, citados como WCD, NOAB, NA.
4. Ibid., 4 de janeiro de 1913; 31 de dezembro de 1912; 17 de abril de 1913.
5. A experiência na Primeira Guerra Mundial foi descrita em General João Cândido de Castro Júnior, "Relatório do Anno de 1935", Diretoria do Material Bélico, Rio de Janeiro, 23 de março de 1936, p. 39. Cópia em carbono do documento datilografado encontra-se no Centro de Documentação do Exército em Brasília. Daqui por diante, será citado como CDOC-EX, Brasília.
6. NG, Relatório... Caetano de Faria... 1918, pp. 34-35.
7. Coronel P. D. Lochridge (diretor do War College Division; e.i. Army Intelligence), Memorando ao Chefe do Estado-Maior (Assunto: Visita da Comissão Militar do Brasil), Washington, 22 de novembro de 1917, Arquivo 9971K-2; e Embaixador Edwin V. Morgan, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1917, 9971K-5, e 6 de novembro de 1917, 9971K-6, todos Record Group (RG) 165, Military Intelligence Division, General Staff, War Department, National Archives. Daqui por diante, citados como MID, GS, WD, NA.
8. Joseph S. Tulchin, "The Aftermath of War, World War I and U. S. Policy Toward Latin America", Nova York, 1971, p. 36. A citação é do Secretário de Estado Charles Evans Hughes em 1924.
9. Morgan, Rio, 3 de novembro de 1917, resumido em Coronel Miller, Memo., 4 de janeiro de 1918, 4392, RG 165, War College Division, WD, NA.
10. Major F. R. McCreery ao Director of Military Intelligence (MI), Rio, 3 de janeiro de 1919, 2006-8; e H; W; Brown (Clerk) na ausência do Coronel R. H. Jordan ao Director MI, Rio, 2 de março de 1920, 2257K-5, RG 165, MID, GS, WD, NA.
11. General Maurice Gamelin e Capitão Souza Reis, "Manobras de Quadros de Exército Executada em 1920...", Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1921. Esses treinamentos de batalha se tornaram parte do programa da Escola de Estado-Maior.
12. Capitão R. H. Jordan ao Director MI, Rio, 9 de agosto de 1920, 2006-41, RG-165, GS, WD, NA.
13. O Paiz, 5 de agosto de 1920.
14. Gabinete do adido militar ao Director MI, Rio, 9 de março de 1921, 2006-44/2, RG-165, WD, GS, NA. As provas de suborno não foram conclusivas, mas as referências nos arquivos dos setores de informação são suficientemente frequentes e apontadas para apoiar a menção dessa possibilidade. Além disso, a qualidade do equipamento francês pode ter sido exagerada por seus opositores.
15. Ibid., Major F. L. Whitley ao Subchefe do Estado-Maior, Rio, 19 de maio de 1924, 2006-77, RG-165, WD, GS, NA. Ele observou comentários de militares brasileiros de que os novos obuses de 155mm eram "pesados demais para as estradas brasileiras. E duvidoso que possam ser transportados nas condições regulamentares".
16. MG, Relatório... Dr. João Pandaiá Calógeras... 1921, pp. 37-38. Em janeiro de 1921 graduaram-se os primeiros 13 pilotos brasileiros. Entre janeiro e dezembro de 1920 houve três acidentes que

- mataram quatro aviadores. Ibid., pp. 77-79.
17. Gabinete do adido militar ao Director MI, Rio, 25 de abril de 1921, 2006-44/5, RG-165, WD, GS, NA.
18. Gabinete do adido militar ao Director MI, Rio, 9 de março de 1921, 2006-44/2, RG-165, WD, GS, NA.
19. Major F. L. Whitley, Memo: "Equipment, Brazilian Army", Rio, 9 de outubro de 1922, 2006-64/2, RG-165, WD, GS, NA.
20. Major Loster Baker, Rio, 8 de novembro de 1927, 2006-44, RG-165, WD, GS, MID, NA.
21. Augusto Tasso Fragoso, "Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1923. . .", Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1924, pp. 16, 40-42.
22. Os franceses chegaram em 1906, permaneceram até a deflagração da guerra em 1914 e retornaram em 1919. Heloísa Rodrigues Fernandes, Política e Segurança, Força Pública do Estado de São Paulo: "Fundamentos Histórico-Sociais", São Paulo, 1974, pp. 157-163; H. W. Brown (Ckerk), Rio, 12 de dezembro de 1925, 2006-70, RG-165, WD, GS, MID, NA. Em 1924, a Força Pública possuía um total de 14,200 soldados, o que representava quase a metade do Exército nacional, que possuía então cerca de 30 mil soldados.
23. Augusto Tasso Fragoso, "Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1925. . . Rio de Janeiro", Estado-Maior do Exército, 1926, pp. 27-30.
24. Capitão Hugh Barclay, Memorand: "Combat Training in the Brazilian Army", Rio, 17 de dezembro de 1926, 2006-97, RG-165, WD, GS, NA.
25. Augusto Tasso Fragoso, "Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1925. . . Rio de Janeiro", Estado-Maior do Exército, 1926, p. 9. Perto do final da década, o Francês e o Espanhol eram idiomas exigidos na Escola de Estado-Maior, e o inglês era optativo.
26. Capitão Hugh Barclay, Rio, 24 de março de 1926, 2006-90, RG-165, WD, GS, MID, NA.
27. Augusto Tasso Fragoso, "Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1925. . . Rio de Janeiro", Estado-Maior do Exército, 1926, pp. 42-43. O relatório estava datado de setembro de 1926. Seu estudo "Reflexões sobre a situação militar do Brasil", de outubro de 1927 (datilografado, restrito) está no Centro de Documentação do Exército (CDOC-EX), em Brasília.
28. Augusto Tasso Fragoso, "Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1927. . .", Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1928, pp. 4-5, 17-19.
29. Ibid., pp. 47-52.
30. Alexandre Henrique Vieira Leal, "Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1929. . .", Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1930, pp. 45-49. Ver gráfico à p. 93 com os dados a respeito dos cursos realizados entre 1920 e 1929.
31. Tenente Júlio Schwenck (ajudante-de-ordens do General Ivo Soares) ao Capitão Hugh Barclay, Rio, 11 de novembro de 1925; Harry W. Brown (Clerk) ao Subchefe do Estado-Maior, G-2, 11 de novembro de 1925, Rio; Capitão Hugh Barclay ao Subchefe do Estado-Maior, G-2; Secretário de Estado ao Dr. Ivo Soares, Washington, N.D., todos 2257K-10, RG-165, WD, GS, MID, NA. O serviço médico brasileiro recebeu aproximadamente 670 mil dólares para a compra de material e, se o general visitasse os Estados Unidos, o dinheiro provavelmente seria gasto lá.
32. Major Aiken Simons (Military Sales Division, E.I. Dupont de Memours & Company) ao Tenente-Coronel N.E. Margetts (Foreign Liaison Officer, General Staff), Wilmington, Delaware, 21 de outubro de 1926, e correspondência do adido, 2257K-12, RG-165, WD, GS, MID, NA.
33. Major Lester Baker ao Tenente-Coronel R. H. Williams (Chief, Military Attache Section, G-2), Rio, 9 de agosto de 1928; e Williams a Baker, Washington, 1º de setembro de 1928, 2257K-15, RG-165, WD, GS, MID, NA.
34. Capitão Hugh Barclay, Memorando: "Instruction with Foreign Armies", Rio, 3 de dezembro de 1926, 2257K-13, RG-165, WD, MID, NA. Dois dos que treinaram nos Estados Unidos eram Alexandre Galvão Bueno e Marcolino Fagundes, que passaram três meses na "Coast Artillery School em Fortress Monroe. Ambos serviram também na comissão de compras

- nos Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial. Galvão Bueno estava no segundo grupo, que ia à Alemanha com o mesmo fim.
35. Major Lester Baker, Momorando: "Contracts Between Brazilian and French Governments for French Military Mission", Rio, 21 de março de 1929, 2006-44, RG-165, WD, GS, MID, NA.
36. Major Lester Baker, Rio, 29 de maio de 1930, 2006-44/13, RG-165, WD, GS, MID, NA.
37. Major Lester Baker, Rio, 24 de junho de 1930, 2257K-16, RG-165, WD, GS, MID, NA.
38. Major Lester Baker, Rio, 29 de maio de 1930, 2006-44/13, e 11 de fevereiro de 1931, 2006-44/17; H. W. Brown (Clerk), Rio, 24 de agosto de 1931, 2006-44/14 e 3 de setembro de 1931, 2006-44/14; pa-
ra uma cópia do contrato, ver Baker, Rio, 21 de março de 1929, 2006-44, to-
dos RG-165, WD, GS, MID, MA.
39. Harry W. Brown (Clerk), Rio, 1º de março de 1932, 2006-99, RG-165, WD, GS, MID, NA.
40. Major William Sackville, Rio, 28 de abril de 1933, 2257K-17, RG-165, WD, GS, MID, NA. O Exército também comprou um número pequeno, mas desconhecido, de aviões ingleses Noth.
41. Nicholas E. Bates (representante da DuPont no Rio) ao Major K. K. V. Casey (Director, Smokeless Powder Department, DuPont) Rio, 28 de abril de 1933, 2257K-17, RG-165, WD, GS, MID, NA. O grupo brasileiro era constituído de alguns dos melhores pilotos do país, muitos dos quais continuaram e fizeram carreiras brilhantes. Eram: Major Plínio Raulino de Oliveira (comandante), Capitão Antonio Alves Cabral, Capitão Francisco Correia de Melo, Capitão José Cândido Murici, Tenente Júlio Américo dos Reis, Tenente Nelson Lavanère-Wanderley, Tenente Joelmir de Macedo.
42. Capitão C. M. Savage (Air Liaison Officer) ao Coronel C. Burnett (Foreign Liaison Officer, G-2), Washington, 28 de junho de 1933, 2257K-17/44; Coronel C. Burnett, Memória de conversação com o Sr. Barbosa, secretário da Embaixada Brasileira, Washington, 8 de julho de 1933, 2257K-17/61, RG-165, WD, GS, MID, NA.
43. Harry W. Brown (Clerk), Rio, 7 de agosto de 1934, 2257K-19, RG-165, WD, GS, MID, NA.
44. Ibid.
45. Coronel C. Burnett a Ciro de Freitas Valle (conselheiro da embaixada brasileira), Washington, 10 de outubro de 1934, 2257K-18/24; Coronel F. H. Lincoln (Acting Chief of Division) a Douglas MacArthur (Chefe do Estado-Maior), Washington, 2 de novembro de 1934, 2257K-18/29; D. MacArthur ao secretário de Estado, Washington, 3 de novembro de 1934, 2257K-18/30, RG-165, WD, GS, MID, NA.
46. Coronel C. Burnett ao Tenente-Coronel Rodney H. Smith (Coast Arty Mission - Brasil), Washington, 19 de novembro de 1935, 2257K-20, RG-165, WD, GS, MID, NA.
47. Tenente-Coronel C. K. Nulsen ao "Executive Officer" (Office of Chief of Signal Corps), Washington, 1º de novembro de 1934, 2257K-20, RG-165, WD, GS, MID, NA.
48. Coronel C. Burnett ao Tenente-Coronel Rodney H. Smith, Washington, 19 de novembro de 1935, 2257K-18/109, RG-165, WD, GS, MID, NA.
49. Major William Sackville ao Chefe, MID, Rio, 15 de agosto de 1935, 2257K-18/76; Coronel C. Burnett a Sackville, Washington, 6 de setembro de 1935, 2257K-18/79; Coronel Warren T. Harnum (Chief, Military Division, Corps of Engineers), Washington, 7 de setembro de 1935, 2257K-18/80, RG-165, WD, GS, MID, NA.
50. General-de-Brigada H. E. Knight ao Chefe do Estado-Maior, Washington, 12 de novembro de 1935, 2257K-18/91; Coronel F. H. Lincoln (Acting Chief of MID), Washington, 15 de novembro de 1935, 2257K-18/95, RG-165, WD, GS, MID, NA.
51. Tenente-Coronel M. F. Davis (Executive, Office of Chief of Air Corps) ao Foreign Officer - G-2, Washington, 22 de outubro de 1936, 2257K-18, RG-165, WD, GS, MID, NA.
52. Capitão George W. Polk Jr. (Air Corps Rep. at Martin Co.) ao Chief of Air Corps, Baltimore, 11 de dezembro de 1935, 2257K-22/27; ver também Major William Sackville ao Chief of MID, Rio,

- 4 de setembro de 1935, 2257M-22/1, RG-165, WD, GS, MID, NA. Carpenter Ferreira era um membro de um grupo de três, encarregado de selecionar uma área para a instalação de uma fábrica de aviões. Ele visitou as companhias Curtis-Wright, Martin e Waco e conversou com oficiais no MIT. Parecia que estava cumprindo o desejo de Tasso Fragoso, ao enviá-lo à França anos antes, que era "sobretudo para no emancipar dos instrutores franceses". Augusto Tasso Fragoso, Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1924, Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1928, p. 50.
53. O General Pessoa foi citado em Relatório... General-de-Divisão João Gomes Ribeiro Filho ... 1936, pp. 38-39; Major Lawrence C. Mitchell (adido militar), Rio, 17 de setembro de 1936, 7600, RG-165, G-2, Arquivos Regionais, Washington Federal Records Center, Suitland, Maryland (daqui por diante, citado como G-2 Regional, WFRS-Suitland). A missão norte-americana começou com dois oficiais em 1934, aumentou para três em 1935 e para cinco em 1940.
 54. Major Lawrence C. Mitchell, Rio, 18 de novembro de 1936, 6700, RG-165, G-2, Regional, WFRS-Suitland.
 55. Major Lawrence C. Mitchell, Rio, 7 de outubro de 1936, 2257K-25/1, RG-165, WD, GS, MID, NA. Pelo menos 11 daqueles que fizeram este curso atingiram o generalato, e muitos deles estavam ainda na ativa em meados da década de 1960.
 56. Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas, Washington, março de 1935, GV19-35.03.06/1, Arquivo Getúlio Vargas (AGV, CPDOC, Rio).
 57. Pedro de Góis Monteiro, memorando n.º 1 (sobre a situação do país), Rio, dezembro de 1936, Caixa 1, Correspondência Pessoal, Acervo Pessoal do General Góis, Arquivo do Exército, Rio.
 58. Ver John Wirth, "The Politics of Brazilian Development", Stanford, 1969; Frank D. McCann, "The Brazilian-American Alliance, 1937-1945", Princeton, 1973; Stanley E. Hilton, "Brazil and the Great Powers, 1930-1939", Austin, 1975, Ítalo A. Tronca, "Agentes da Industrialização na República: A Prática Política dos Militares", 1930-1945", tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 1976.
 59. Sumner Welles a Franklin D. Roosevelt, Washington, 26 de janeiro de 1937, Arquivo Pessoal do Presidente, 4473 (Vargas), Franklin D. Roosevelt Library, Hyde Park, N.Y. Contém a mensagem de Vargas.
 60. Major Lawrence D. Mitchell ao Subchefe do Estado-Maior-G-2, Rio, 30 de março de 1938, 2257K-18/141, RG-165, WD, GS, MID, NA. É importante notar que Mitchell e a maior parte dos comentaristas militares americanos se referiam à Europa mais do que à Alemanha. Já em meados de 1938, a Europa em geral — e a França em particular — era vista como o principal competidor militar. Em abril de 1938, uma lista de oficiais brasileiros servindo no exterior apontava sete na França, quatro na Bélgica, quatro na Alemanha, um na Dinamarca, um na Grã-Bretanha, enquanto quatro estavam nos Estados Unidos. Mitchell ao subchefe do Estado-Maior-G-2, Rio, 12 de abril de 1938, 6740, RG-165, G-2 Regional, WFRS-Suitland.
 61. Major José Bina Machado ao Coronel J.A. Crane (G-2 General Staff), Washington, 22 de novembro de 1938, 2257K-18/149, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 62. Tenente-Coronel Harry I. T. Creswell ao Subchefe do Estado-Maior-G-2, Tóquio, 25 de janeiro de 1939, 2257K-30/13, RG-165, WD, GS, MID, NA. O Major Figueiredo visitou parte da China como convidado do Exército japonês, e no próprio Japão ele foi tratado como um igual pelos aditos militares do Eixo; esforços não foram poupados para lhe proporcionar gentilezas. Através dele os norte-americanos obtiveram informações sobre as armas e munições japonesas.
 63. Frank D. McCann, "The Brazilian-American Alliance", 1937-1945, Princeton, 1973, pp. 136-143.
 64. Coronel J. A. Crane, Washington, 22 de setembro de 1939, 2257K-32, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 65. Eurico Dutra a Getúlio Vargas, Rio, 4 de junho de 1940, Memo: "Situação atual do Exército em junho de 1940 — Suas principais necessidades", anexando a Dutra a Góis Monteiro, Rio, 6 de junho

- de 1940 (nota 121-10), Acervo Pessoal do General Góis, Caixa 9A, Arquivo do Exército, Rio; Embaixador Jefferson Caffery a Sumner Welles, Rio, 26 de junho de 1940, Brasil 5900 RG-165; G-2 Regional, WFRCSuitland.
66. Tenente-Coronel Lehman W. Miller: Memorando para o embaixador, Rio, 24 de setembro de 1940, 2257K-18/181, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 67. General-de-Brigada Sherman Miles (subchefe interino do Estado-Maior-G-2) ao adido militar, Washington, 18 de dezembro de 1940, 22 57K-18/214; Major Edwin L. Sibert ao subchefe do Estado-Maior-G-2, Rio, 3 de janeiro de 1941, —/232, e 15 de janeiro de 1945, —/253; Eurico Dutra a Sibert, Rio, 8 de janeiro de 1941, —/247; Miles ao adido militar, Washington, 16 de janeiro de 1940, 2257K-18, RG-165, WD, GS, MID, NA. Há alguma confusão nos documentos com respeito ao idioma de instrução. Em 18 de dezembro, Miles dizia que seria o Inglês e insistia em que aqueles que tinham sido selecionados o conhecessem, mas que haveria "um oficial falando Espanhol na Escola para ajudá-los". Em seu telegrama de 16 de janeiro, referente aos dois indicados para a Escola de Blindados de Forte Knox, dizia: "Nenhuma seção portuguesa poderá ser estabelecida Knox como está sendo ito em Benning, Sill e Monroe". É provável que ele tenha usado a palavra "portuguesa" querendo referir-se muito mais a "brasileira" do que ao idioma Português. Este é um erro comum entre os norte-americanos: referir-se ao povo através de seu grupo idiomático, muito mais do que através da nacionalidade. É interessante notar que as políticas implementadas pelas demandas das relações brasileiras foram freqüentemente estendidas, de bilaterais a multilaterais e aplicadas a outros países latino-americanos e aliados. Nesse caso, 11 países foram convidados a enviar oficiais.
 68. Sem assinatura, "Notes on Coast Artillery Defenses of the Coast of Brazil", n.p., 16 de janeiro de 1939, 2006-164, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 69. Tenente-Coronel A. R. Harris: Memorando para o Chefe do Estado-Maior, Washington, 10 de dezembro de 1940, 2257M-39/18; Marshall a Dutra, Washington, 17 de dezembro de 1940, —/43; Coronel Edwin L. Sibert, Rio, 23 de janeiro de 1941, 2052-120/18, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 70. General-de-Brigada Miles, Washington, 27 de janeiro de 1941, 22-57K-18/272, WD, GS, MID, NA. Os sete eram: Alfredo Pinheiro Soares Filho, Adalberto Pereira dos Santos, Alcir d'Ávila Melo, Sizen Sarmento, Antonio Henrique Almeida de Moraes, Breno Borges Fortes e Lindolfo Ferraz Filho.
 71. Tenente-Coronel A. R. Harris (Chief, Liaison Branch), Washington, 29 de janeiro de 1941, 2257K-18/278A; Coronel Sibert ao Subchefe do Estado-Maior-G-2, Rio, 29 de abril de 1941, —/338, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 72. Isto não quer dizer que não havia problemas. Quatro oficiais de artilharia de costa enviados a Fort Hancock, Nova Iorque, para servir na tropa, queixaram-se amargamente de que eram ignorados e que o comando geral submeteu um capítulo de sobrenome alemão a um interrogatório "vexatório e humilhante". Bina Machado pediu ao Tenente-Coronel Matthew B. Ridgway que fizesse alguma coisa a respeito, assegurando, de sua parte, que "eu farei to do o possível, como empre fiz, para que nada de mal decorra disso. Nada será revelado no Brasil". Tenente-Coronel J. Bina Machado ao Tenente-Coronel Ridgway, s/d, anexado a Ridgway ao Coronel C. B. Moore (G-2 Div.), Washington, 28 de maio de 1941, 2257K-18/344, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 73. Coronel Sibert, Rio, 30 de junho de 1941, 2006-175, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 74. Ver, por exemplo, Jefferson Caffery, Rio, 24 de setembro de 1941, Brazil 5900, RG-165, G-2 Regional, WFRCSuitland.
 75. Jefferson Caffery, Rio 7 de abril de 1942, Brazil 5900, RG-165, G-2 Regional, WFRCSuitland; U.S. Army, Adjutant General's Office, Administrative Services Division, Operations Branch: Special Projects — War Plans "Color" 1920-1948: Brazil AG 29, "Operations — Plan of Northeast Brazil Theater", Rio de Janeiro Sector, 20 de fevereiro de

1942 (pós-datado 23 de abril de 1942).” RG-407, Modern Military Branch (MMB), NA. O variado projeto estendia o teatro de operação a todo o Brasil. O planejamento começou em outubro de 1941, e foram designadas unidades militares seis dias antes de Pearl Harbor. Aparentemente, entre a data de 23 de abril de 1942 e meados de maio, o governo norte-americano decidiu contra considerações posteriores de ocupação unilateral. Dwight Eisenhower escreveu a Sumner Welles: “A política determinada foi a de que todas as medidas de segurança e defesa que afetem o território brasileiro deverão ser tomadas em conjunto com o governo brasileiro”.

76. Almirante J. Ingram (Comandante da Força-Tarefa 23) ao Chefe das Operações Navais, USS Memphis, 15 de maio de 1942, Operations Plan Division (OPD) 381 Brazil, RG-165, Caixa 1238, MMB, NA.
77. General J. Garesche Ord, Memo: “Observations of Certain Brazilian Forces”, s/1, 16 de junho de 1943, 6670, RG-165, G-2 Regional, Caixa 276, WFRS-Suitland.
78. A citação é de Zenóbio da Costa, “Recife Press Summary”, 4 de novembro de 1943, 6900 BEF, RG-165, G-2 Regional, Caixa 273, WFRS-Suitland.
79. General Ralph H. Wooten ao Subchefe

do Estado-Maior — OPD, Regional, 23 de janeiro de 1945, OPD 336 Latin American Section IV, Cases 80-93, RG-165, MMB, MA. Wooten chamou a atenção de Dutra para o seguinte: “a falta de liderança entre a oficialidade subalterna e os graduados, necessidade de maior descentralização da autoridade, necessidade de maior treinamento de cuidado e manutenção do equipamento, veículos e outros materiais técnicos, posterior treinamento em controle sanitário e a necessidade de estabelecimento de uma inspeção e um sistema de controle mais adequados”.

80. Frank McCann, “The Brazilian American Alliance”, 1937-1945, Princeton, 1973, pp. 428, 431.
81. Notas do Coronel C. H. Calais em visita ao I Esquadrão brasileiro, Campo de Pousa de Pisa; Itália, 17 de janeiro de 1945, OPD 336.2 Brazil (Section IV), RG-165, MMB, NA.
82. General-de-Brigada Hohn Weckerling (Deputy Assistant Chief of Staff G-2), “United States Policy Towards Brazil...”, OPD 336 Brazil (Sec. IV), Cases 74-79, Box 912, RG-165, MMB, NA.
83. Para uma discussão sobre as consequências da guerra no Exército, ver Frank D. McCann Jr., “The Brazilian Army and the Problem of Mission, 1939-1964”, *Journal of Latin American Studies* (Great Britain), 12, 1 (maio de 1980), pp. 107-126.

Tradução do Cel Art QEMA
Luiz Paulo Macedo Carvalho, p.s.c.



Frank D. McCann é professor de História na Universidade de New Hampshire e estudioso do comportamento dos militares brasileiros. Ensinou também na Universidade de Wisconsin e de Nova York, bem como na Academia Militar de West Point. Além de conferencista visitante da Universidade de Princeton, lecionou na Universidade de Brasília em 1976-77. Estudou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1965 e proferiu conferências na Fundação Getúlio Vargas, na Universidade Federal do Espírito Santo e de Minas Gerais, assim como no Centro de Documentação do Exército. É sócio-correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do

Brasil e ex-presidente do Comitê Internacional sobre Estudos Brasileiros da Conferência sobre História Latino-Americana. Autor de “The Brazilian-American Alliance, 1937-1945”, editado pela Princeton University Press em 1973, conquistou o Prêmio Bernath de 1975 da Sociedade de Historiadores das Relações Exteriores Americanas. Escreveu também “A Nação Armada”, já traduzido para o Português, e inúmeros outros ensaios referentes ao papel desempenhado pelos militares brasileiros ao longo dos tempos nos “Journal of Inter-American and World Affairs”, “Journal of Latin American Studies” (Londres), “The New York Times”, “Foro Internacional” (México) etc.